

# POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Internet: [www.psd.pt](http://www.psd.pt) - E-Mail: [povolivre@psd.pt](mailto:povolivre@psd.pt)

## Em Óbidos: iniciativa estratégica de conhecimento e inovação



(centrais)

Conselho Nacional



«O caminho está traçado»

Pag.9

Congresso da JSD



«Esta é a sua JSD!»

Pag.17

O PM no Norte



Saudação a Rui Rio

Pag.15

## Intervenção sobre a obrigatoriedade da divulgação detalhada das remunerações dos administradores das sociedades emitentes de acções admitidas à negociação em mercado regulamentado.

Deputada Graça Proença de Carvalho  
Assembleia da República, 15 de Janeiro 2004

(...)

A matéria em apreciação insere-se num **debate mais amplo sobre o denominado governo das sociedades.**

Matéria em que a **Comissão Europeia tem vindo a desenvolver um trabalho profundo, no sentido de criar um mercado de capitais europeu integrado e dinâmico**, com um enquadramento legal que salvaguarde a competitividade das empresas, os direitos dos accionistas e promova a confiança dos investidores.

(...)

No entender da **Comissão Europeia**, as **iniciativas regulamentares** que viriam a ser prosseguidas **deveriam respeitar certos critérios como**, por exemplo:

a) **as tradições culturais e empresariais**, sob pena de inibir as empresas no recurso ao mercado de capitais para financiamento das suas actividades,



b) **serem de aplicação flexível**, tendo em conta a actuação extra territorial das empresas fruto da globalização,

c) **centrarem-se em prioridades**,

d) **serem transparentes e**

e) **resultarem de consultas aos agentes de mercado**, ou seja, deveriam pautar-se por regras sólidas e sensatas.

Em Portugal, a Comissão de Mercados de Valores Mobiliários, regulador do mercado de capitais, pôs à discussão a matéria do governo das sociedades durante o ano de 2003 tendo para tal lançado um debate público que culminou na alteração da regulamentação sobre o governo das sociedades em finais de 2003.

(...)

... tendo sido aprovado recentemente regulamentação sobre o governo das sociedades com vista à modernização do quadro legal, processo este realizado após consulta pública, não nos parece oportuno introduzir uma medida avulsa que, no todo, possa não contribuir para o melhor desempenho do nosso mercado de capitais.

(...)

## Agendamento

### Quarta-Feira, dia 21 de Janeiro de 2004-15:00h

Proposta de Lei n.º 99/IX (GOV)

(Autoriza o Governo a legislar sobre as infracções ao regime jurídico aplicável à vinha, à produção, ao comércio, à transformação e ao trânsito dos vinhos e dos produtos de origem vitivinícola e às actividades desenvolvidas neste sector)

Proposta de Resolução n.º 54/IX (GOV)

(Aprova, para ratificação, a Acta Final da Conferência dos Estados-Membros da Repartição Internacional da Vinha e do Vinho, realizada em Paris, a 14, 15 e 22 de Junho de 2000 e a 3 de Abril de 2001, assim como o Acordo que institui a Organização Internacional da Vinha e do Vinho, a ela anexo, feitos em Paris, a 3 de Abril de 2001)

#### Discussão conjunta:

Apreciação Parlamentar n.º 58/IX (PCP)

Apreciação Parlamentar n.º 61/IX (PS)

(Aprova os Estatutos da Casa do Douro e respectivo regulamento eleitoral)

Apreciação Parlamentar n.º 59/IX (PCP)

Apreciação Parlamentar n.º 62/IX (PS)

(Aprova a orgânica do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto)

### Quinta-Feira, dia 22 de Janeiro de 2004-15:00h

Perguntas ao **Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas**, ao abrigo do artigo 240.º do Regimento da Assembleia da República.

Proposta de Lei n.º 106/IX (GOV)

(Autoriza o Governo a regular o exercício das actividades de mediação imobiliária e angariação imobiliária)

#### VOTAÇÕES

### Sexta-Feira, dia 23 de Janeiro de 2004-10:00h

Projecto de Lei n.º 383/IX (PSD e CDS-PP)

(Colocação de guardas de segurança metálicas nas vias de comunicação públicas, integradas ou não na rede rodoviária nacional, contemplando a perspectiva da segurança dos veículos de duas rodas)

#### Discussão conjunta:

Apreciação Parlamentar n.º 56/IX (PCP)

(Estabelece o regime de taxas moderadoras no acesso à prestação de cuidados de saúde no âmbito do Sistema Nacional de Saúde)

Apreciação Parlamentar n.º 57/IX (PCP)

(Regulamenta os artigos 9.º e 11.º do Regime Jurídico da Gestão Hospitalar, aprovado pela Lei n.º 27/2002, de 8 de Novembro)

Projecto de Resolução n.º 199/IX (PSD,PS,CDS-PP,PCP,BE,PEV)

(Estrutura e competências dos Serviços da Assembleia da República)

## O PSD Pergunta

#### Requerimento ao Secretário de Estado das Obras Públicas

Sobre o IC 2 – Variante da Batalha e IC 2 – desnivelamento do nó em Azóia (Leiria)

Dep(s) Paulo Baptista Santos e José António Silva

#### Requerimento ao Ministério da Saúde

Sobre o hospital Sousa Martins da Guarda e o plano integrado de emergência do EURO 2004.

Dep(s) Ana Manso e Fernando Lopes

#### Requerimento ao Ministério das Finanças e ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Sobre a taxa de IRS – Rendimentos prediais de portugueses residentes no estrangeiro.

Dep(s) Carlos Alberto Gonçalves e Eduardo Neves Moreira



## Intervenção sobre o problema da segurança e ordem públicas nas autarquias locais

Deputado Luís Marques Guedes  
Assembleia da República, 14 de Janeiro de 2004

(...)  
O problema da **segurança e ordem públicas, da disciplina urbanística e ambiental**, em geral do cumprimento das regras e regulamentos que permitem uma vivência harmoniosa de cada comunidade, **são problemas que crescentemente se inscrevem nas preocupações das autarquias locais.**

(...)  
As **Polícias Municipais**, enquanto autoridades fiscalizadoras e polícias administrativas, são um instrumento muito relevante para o sucesso desta política.

Passados mais de quatro anos desde a definição da respectiva lei-quadro, é importante olhar para a realidade que se criou, colher as lições práticas da sua experiência, verificar quais os pontos de maior constrangimento à sua boa actuação e procurar soluções que os permitam superar.

(...)  
Com o distanciamento que o passar do tempo nos permite, não há dúvida que a magna questão que então se debateu acaloradamente, qual seja a de **definir e fazer aplicar uma**



**natureza administrativa essencialmente às Polícias Municipais**, não confundível com a natureza de força de segurança, **foi no essencial bem resolvida** pelo legislador e adequadamente assimilada pela prática.

...existe hoje **uma percepção**

**correcta** pela parte das **autarquias e das forças de segurança de qual o papel que cabe às Polícias Municipais**, pelo que é agora mais fácil encarar e resolver alguns aspectos pontuais do quadro legal que ficaram insatisfatoriamente tratados na lei de 99.

(...)  
É nosso entendimento que o Governo deve ponderar outros procedimentos na fase de recrutamento e formação, desejavelmente com a participação da Escola de Polícia e não exclusivamente centrada no CEFA, o Governo deve avançar para a aprovação de um estatuto disciplinar próprio, compaginável com a natureza de corpo armado e hierarquizado, como deve rever as regras relacionadas com os uniformes e os meios de auto-defesa, nomeadamente os de defesa passiva, para os quais nada está previsto.

(...)  
Já quanto aos **poderes de autoridade e a necessidade de articulação operacional com as forças de segurança**, é matéria que inequivocamente cabe a esta Assembleia directamente regular.

É isso mesmo que vem proposto no projecto da maioria agora em discussão.

(...)

O que se visa é, tão só, **reforçar a sua autoridade e melhorar a sua eficácia operacional no estrito plano das suas competências de polícia administrativa.**

Trata-se de **dotar as Polícias Municipais dos poderes de autoridade** absolutamente imprescindíveis à prática de actos processuais penais como levantamento de autos, execução de mandados ou detenções em situações de emergência, tudo sempre **no estrito âmbito das suas competências próprias de polícia administrativa.**

Igualmente no que respeita à necessária coordenação das Polícias Municipais com as forças de segurança o que queremos clarificar na lei é que coordenação pressupõe um trabalho conjunto, permanente, procurando a articulação operacional no território do município.

(...)

## Intervenção sobre o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas, sem distinção de origem racial ou étnica

Deputada Natália Carrascalão  
Assembleia da República, 14 de Janeiro de 2004

(...)  
Ao longo de séculos, tal como ficou demonstrado pelo curso da história, **os portugueses souberam acarinhar o são convívio entre as diferentes raças** dando assim o exemplo de enriquecimento na vivência entre os homens.

(...)  
A Proposta de Lei 81/IX que transpõe, parcialmente, para a ordem jurídica interna a Directiva 2000/43/CE, do Conselho, de 29 de Junho e que tem por objectivo **estabelecer um quadro jurídico para o combate à discriminação** baseada em motivos **de origem racial ou étnica**, genericamente, contempla o seguinte:

·Aplica-se tanto ao sector público como ao privado e abrange a discriminação no domínio da protecção social, incluindo a segurança social e os cuidados de saúde, da educação, dos benefícios sociais e do acesso e fornecimento de bens e serviços, incluindo a habitação.

·Consagra níveis mínimos de protecção e não prejudica as disposições mais favoráveis estabelecidas noutra legislação.

·Define os conceitos de discriminação directa e indirecta

·Cabe a quem alegar ter sofrido uma discriminação fundamentá-la,



apresentando elementos de facto susceptíveis de a indiciarem.

·A prática de qualquer acto discriminatório constitui contra ordenação punível com coima.

A implementação de medidas positivas de promoção da igualdade de tratamento entre todas as pessoas, sem distinção de raça ou de etnia, o que, constitui matéria especificamente atribuída ao alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas e a transposição desta directiva, prevê também medidas repressivas.

(...)

É por isso mesmo que estou perfeitamente convencida que em **Portugal - país internacionalmente reconhecido pela sua hospitalidade e abertura a outros povos** - se mantenha o espírito português de tolerância e se continue a tratar de igual para igual todos os cidadãos, independentemente da sua origem, credo ou raça.

Os séculos da riquíssima **História portuguesa**, em que os laços que fomos firmando com outros povos testemunham o nosso respeito pelo ser humano, dão-me a convicção de que lutaremos pela prática dos objectivos estabelecidos nesta directiva.



## O PSD Propõe

### Projecto de Resolução Nº 198/IX

#### Programa Especial de Voluntariado “Jovem e as Florestas”

(...)

A criação de um programa de voluntariado dedicado à floresta vem trazer à actualidade a problemática da floresta, e as questões que ela levanta para o futuro.

(...)

Assim, a Assembleia da República delibera recomendar ao Governo que defina um programa especial de voluntariado “jovens e Floresta” cujos objectivos mais específicos são:

- Alargar a rede nacional de voluntariado jovem
- Sensibilizar os jovens portugueses para a questão da Floresta
- Entender a floresta como elemento essencial no equilíbrio ecológico

(...)

A formação inicial a prestar aos candidatos deverá ser assegurada pelas entidades promotoras envolvidas no âmbito dos objectivos definidos no programa, a fim de garantir a melhor prossecução dos mesmos.

O programa deverá ser promovido e divulgado nos estabelecimentos de ensino e associações de estudantes, pela SEJD (através o IPJ), no sentido de captar o maior nº de jovens voluntários; O programa deverá ser também divulgado no site da Secretaria de Estado da Juventude: [www.voluntariadojovem.pt](http://www.voluntariadojovem.pt)

Deverão se asseguradas contrapartidas aos voluntários pela Secretaria de Estado da Floresta e pela Secretaria de Estado da Juventude, nomeadamente o subsídio de transporte, alimentação, seguro de voluntário e outras demais previstas em protocolo, podendo envolver outras tutelas.

### Projecto de Resolução Nº 197/IX

Institui o Dia Nacional do Sapador Florestal

(...)

Instituída em 21 de Maio de 1998 a Figura do Sapador Florestal.

(...)

Para dignificar e demonstrar a sua importância (...) propõem-se que a Assembleia da República resolva nos termos do nº 5 do artº 166 da C.R.P o seguinte:

Instituir o dia 21 de Maio como o Dia Nacional dos Sapadores Florestais.

### Projecto Lei nº 386/IX

**Impõe a existência de um menu vegetariano nas unidades de restauração públicas e exploradas ou concessionadas e por entidades de capitais exclusivamente públicos.**

Uma sociedade aberta deve respeitar o direito daqueles que pretendem ser diferentes, designadamente, optando por um regime alimentar diferente: o Vegetariano. (...)

A obrigatoriedade de uma opção vegetariana em todas as ementas das unidades de restauração exploradas por entidades públicas ou de capitais exclusivamente públicos, ou dadas em concessão por qualquer uma destas pessoas colectivas, em Portugal, será uma forma de acolher opção de cerca de 200.00 pessoas que declaram preferir uma sugestão vegetariana.

A proclamação deste decreto coloca-nos na vanguarda dos processos legislativos ao nível da Europa, representando, pelo acréscimo de tolerância,

## Intervenção sobre a suspensão da cobrança ou redução do valor das portagens em casos especiais

Deputado Fernando Pedro Moutinho  
Assembleia da República, 14 de Janeiro de 2004



(...)

...um utilizador da auto-estrada paga um serviço de qualidade superior através de uma portagem mas, depois há um conjunto de restrições e limitações que evitam e impedem o usufruto das condições de segurança, mobilidade e velocidade que era suposto disponibilizar.

Quando se reclama por uma aproximação ao princípio do utilizador / pagador é inevitável reforçar para o futuro e quando possível nas revisões das bases das actuais concessões, as garantias e as obrigações que levam à existência de mecanismos de compensação quando há uma degradação da qualidade do serviço prestado de uma forma prolongada.

Igualmente urge fazer chegar o uso da informação electrónica através de painéis informativos, estrategicamente situados em locais que permitam o acesso a vias alternativas, permitindo aos utilizadores das auto-estradas evitarem as situações de maior congestionamento de trânsito ou de bloqueio da circulação.

(...)

#### Assim propomos:

1. Consagrar o princípio da suspensão da cobrança ou alteração do valor de portagens devidas pela circulação em lanços de auto-estrada onde se realizem obras ou trabalhos cuja duração seja superior a 60 dias, desde que impliquem supressão ou estreitamento de vias ou de bermas, nomeadamente em situações em que haja evidente redução da qualidade de serviço prestado;

2. Colocação de painéis electrónicos de informação variável nas auto-estradas, em locais que proporcionem o acesso a vias alternativas, informando da existência de obras ou trabalhos que impliquem supressão de vias ou de bermas, sempre que das mesmas possa resultar prejuízo assinalável para a fluidez ou segurança do trânsito, e neles se indicando, de forma actualizada, a extensão das filas de trânsito eventualmente existentes e a previsão de tempo do seu escoamento.

(...)

Existem direitos mas também deveres de qualidade de serviço prestados pelas concessionárias a quem o Estado confiou estas tarefas.

(...)

Não pode ser o cidadão penalizado nestas situações.

É tempo de reforçarmos os actos de cidadania.

(...)



# Intervenção sobre a apresentação do Relatório da Comissão de Execução Orçamental sobre a Conta Geral do Estado de 2001

**Deputado António Pinho Cardão**  
**Assembleia da República, 9 de Janeiro de 2004**

(...)  
A Conta Geral do Estado de 2001 (como, aliás, muitas outras anteriores, independentemente dos Governos que as elaboraram ou por elas foram responsáveis), é objecto de muitas e importantes **reservas quanto à adequação dos procedimentos utilizados pelos Serviços no registo e controle das operações**, e é também objecto de um sem número de menções de **ilegalidades de decisões políticas**, umas e outras com impacto na verdade da Conta.

(...)  
...passam de ano para ano, e se eternizam as observações, as dúvidas, as irregularidades e as ilegalidades evidenciadas pelo Tribunal de Contas.

É tempo de acabar com esta situação.

(...)  
Face à repetição das irregularidades e mesmo de ilegalidades nas contas do Estado e à

posição de reserva reiterada pelo Tribunal de Contas sobre as mesmas, o Relator sugere que a **Assembleia da República seja eco da necessidade de o Governo estabelecer uma programação de trabalhos que permita, até ao fim da Legislatura, a contabilização adequada e os procedimentos correctos**, para que a elaboração da Conta Geral do Estado cumpra todos os preceitos técnicos, regulamentares e legais e o controlo seja eficaz.

Dessa programação deve ser dada conta ao Parlamento, até à data de apresentação do Orçamento de Estado de 2005.

(...)  
O **Relatório**, algo crítico, **não traduz qualquer juízo de valor**, a não ser de carácter político, sobre a natureza dos movimentos financeiros não considerados ou indevidamente considerados na Conta Geral do Estado de 2001, **nem põe em causa a idoneidade pessoal dos**



**responsáveis** (Ministros ou Altos Funcionários) ou dos diversos intervenientes no processo de elaboração da Conta.

# Intervenção sobre os mecanismos de controlo da Importação e Exportação de Armas

**Deputado Luís Montenegro**  
**Assembleia da República, 15 de Janeiro de 2004**



(...)  
O Projecto de Lei n.º 359/IX, que estamos a apreciar, é uma reedição do Projecto de Lei n.º 226/IX, que discutimos no passado dia 9 de Maio, ou seja, há sete meses.

(...)  
...a pretensão de dotar o comércio de armas com mecanismos de controlo e fiscalização que garantam a sua transparência, e dessa forma combatam a ilegalidade, que subjaz a esta iniciativa, não se alcança com as opções nesta consagradas, que continuam a enfermar de ambiguidade e inadequação, esquecendo instrumentos já vigentes.

(...)  
... do projecto de lei (re) apresentado pelo BE não pode merecer a concordância do Grupo Parlamentar do PSD.

O controlo da importação e exportação de armas já dispõe de normativos legais adequados.

O combate ao tráfico ilegal será tanto mais eficaz quanto mais meios e diligências estiverem à disposição das entidades fiscalizadoras: Polícia Judiciária, PSP, GNR, SEF, Polícia Marítima, etc. Esse é o caminho mas essa é uma questão diferente da que versa este diploma.

(...)  
A reedição desta iniciativa e deste debate é de reduzida utilidade e corresponde apenas à tentação mediática do Bloco de Esquerda em se querer apresentar mais preocupado com o tema do tráfico ilegal do que os outros partidos. Bem sabemos todos que isso não é verdade e que não surtirá esse efeito.

(...)

## Observatório

### A responsabilidade da educação

A responsabilidade e o desempenho das escolas de hoje serão cruciais no sucesso cultural e também no desenvolvimento e na competitividade da economia de um país.

**Graça Proença de Carvalho, Diário Económico, 14/01/04**

### Informar e Lucrar

Percebo o dilema quando, em muitos casos, o gosto de informar se cruza com a necessidade de vender, mas não vejo várias versões de qualquer verdade. Em seu nome devíamos pensar se é mesmo este caminho voraz que perfilhamos, já que as novas gerações não terão saudades de certos limites cívicos, se nunca os tiverem conhecido.

**Gonçalo Capitão, A capital, 14/01/04**

### A Regionalização Tranquila

A criação das novas comunidades urbanas pode vir a resolver os problemas criados pela ausência de um poder regional. O caminho escolhido agora só tem vantagens.

**Luís Filipe Menezes, Correio da Manhã, 15/01/04**

### Trinta Anos

Muito mudou, de facto, em 30 anos. Este é o ano de tentar avaliar bem como mudou e o que mudou. Até porque 2005 e 2006 são anos de muitas escolhas.

**Pedro Santana Lopes, Diário de Notícias, 15/01/04**

Da Madeira

# O Funchal foi a primeira escala do maior navio do Mundo

## ● O Presidente regional ofereceu orquídeas e vinho “Madeira”

O Funchal foi, na quinta-feira passada, o primeiro porto oficial de escala do maior navio de cruzeiro do mundo, o “Queen Mary 2”, baptizado pouco antes pela rainha Isabel II de Inglaterra.

Com 345 metros de comprimento, 76 de altura (62 dos quais acima da linha do mar), 150 mil toneladas de arqueação bruta, capacidade para 2.620 passageiros e 1.254 tripulantes, o novo paquete da “Cunard Lines” representou um investimento de 780 milhões de euros.

A primeira viagem do “QM2” durará 14 dias teve início segunda-feira, dia 12 de Janeiro, com partida de Southampton. O navio chegou quinta-feira ao Funchal, onde uma recepção oficial e diversas iniciativas que assinalam esta primeira passagem pela Madeira.

A manobra de atracação no Funchal durou quase uma hora e o “Queen Mary 2” ficou na Madeira até ao princípio da noite, seguindo depois uma rota que o levará até à Florida, nos Estados Unidos, com diversas escalas em portos de interesse turístico

A 15 de Janeiro, o maior paquete do mundo foi o único a demandar o porto madeirense, uma infraestrutura que tem uma extensão de 872 metros e que foi de uma série de medidas rigorosas de segurança.

O presidente do governo regional da Madeira, Alberto João Jardim, marcou presença na recepção que foi oferecida a bordo do navio, tendo feito também ofertas de orquídeas da Madeira às senhoras presentes e pequenas garrafas do mundialmente famoso vinho da Madeira, aos homens.

O clube madeirense de “Entusiastas do Navio” assinalou a passagem do paquete na Madeira com

fretada pelos “Entusiastas” acompanhou o navio à saída durante cerca de duas milhas.

Uma viagem no “QM2”, numa das melhores das 1.300 cabinas custa cerca de 38 mil dólares (30.500 euros), mas o navio dispõe também de quatro suites reais, com direito a mordomo privativo e seis apartamentos na coberta.

Está prevista uma segunda passagem deste navio pela região, a 7 de Abril, seguindo depois para Lisboa, que terá então, pela primeira vez, a oportunidade de ver o maior navio do mundo.

O “Queen Mary 2” ancora novamente no porto do Funchal a 7 e 8 de Abril, onde terá a “companhia” de outros dois grandes paquetes - o “irmão” “Carónia” (também da “Cunard Lines”) e o “The World”, seguindo da Madeira para Lisboa

Luis Aguiar, da agência representante da “Cunard” mencionou à “Lusa” ainda que entre os 2.600 passageiros “muitos” são milionários, e que uma das figuras conhecidas é a cantora Shirley Bassey, que desembarca no Funchal e regressa de avião a Inglaterra



uma exposição colectiva sobre os navios da “Cunard Lines”, composta por postais, fotos, livros e outras curiosidades que abriu no Domingo e se prolonga até finais de Fevereiro.

O responsável deste clube e a bordo e entregou uma placa alusiva, agradecendo o facto de ter sido escolhido o Funchal como o primeiro porto de escala, estando ainda previsto que uma lancharia

### Um madeirense na tripulação do “gigante dos mares”

O madeirense Pedro Nascimento, de 43 anos, é um dos dois portugueses entre os 1.254 tripulantes do maior transatlântico do mundo.

Chefe de sala do restaurante italiano “La Piazza”, situado no décimo andar do navio, Pedro Nascimento tem trabalhado nos últimos 13 anos em barcos de cruzeiro e declara sem hesitações: “O cliente que reclamar neste barco não sabe o que quer”.

Falando à Agência Lusa depois de desembarcar no porto do Funchal, Pedro Nascimento adiantou que os primeiros dias da viagem correram bem, apesar do temporal que o navio apanhou ao atravessar o Canal da Mancha.

“Mas este barco está bem preparado, tem estabilizadores que minimizam o desconforto geralmente provocado pela forte ondulação em

situações de mau tempo”, Realçando as óptimas condições do navio, Pedro Nascimento afirma: “Não há palavras, só vendo para crer, e quem disser mal não sabe dar o valor à vida”.

Para dar ideia da grandiosidade do “QM2”, exemplificou que, para sua orientação, ainda tem de utilizar um mapa porque conhece apenas um terço do navio, designadamente as zonas do refeitório, do restaurante e da sua cabina, adiantando que precisará de pelo menos um mês para conhecer todas as áreas do maior transatlântico do mundo.

“Trabalhar neste barco é uma grande experiência e responsabilidade”, disse, adiantando que tem a seu cargo uma equipa de 35 filipinos, que receberam formação específica numa escola hoteleira francesa.

Pedro Nascimento possui um contrato de trabalho com a “Cunard Lines”, depois de ter trabalhado em companhias como a “Royal Viking Line” e a “Crystal Cruise Line”.- Fonte: Lusa

Dos Açores

# Victor Cruz defende revisão constitucional e integra Comissão do 30º aniversário



No encontro com Mota Amaral, na Assembleia da República

No passado dia 14, à saída de uma audiência com o Ministro da República para os Açores, em Ponta Delgada, o presidente do PSD/Açores afirmou que a revisão constitucional deve realizar-se este ano, independentemente de não ser alterado o sistema eleitoral nas regiões autónomas.

Victor Cruz sublinhou a necessidade de introduzir aperfeiçoamentos na Constituição da República Portuguesa, visando o aprofundamento da Autonomia Regional.

Para o líder social-democrata, “quem defende a Autonomia deve defender uma revisão constitucional sem condições”.

“Uma coisa é não desejar que se alterem as regras eleitorais em ano de eleições, quando não há unanimidade e outra coisa é garantir o aprofundamento do regime autonómico na Lei Fundamental do nosso País”, explicou.

Victor Cruz enalteceu a importância do projecto de revisão constitucional apresentado pelo PSD, considerando ser este o que “melhor defende os interesses dos Açores e da Autonomia”. Por isso, acrescentou que a sua aprovação na Assembleia da República constituirá “mais uma conquista histórica do PSD como o grande Partido da Autonomia”.

O candidato a Presidente do Governo aproveitou a oportunidade para reafirmar a posição do seu Partido contra a “tentativa desesperada” do PS e do PCP de quererem forçar uma “revisão apressada” do sistema eleitoral, aumentando o número de deputados, nesta fase final de legislatura. Para o PSD, “está fora de questão uma alteração ao actual sistema eleitoral, a nove meses de eleições”, afirmou o líder social-democrata. Na sua opinião, “não há condições políticas para a apresentação de propostas de alteração à lei eleitoral”.

Victor Cruz admitiu que o sistema eleitoral que vigora nos Açores há 28 anos, “embora carecendo de aperfeiçoamentos que devem ser introduzidos em tempo adequado”, “tem permitido salvaguardar o princípio fundamental da estabilidade política e governativa”.

Na sua audiência de cumprimentos com o

Ministro da República, o líder social-democrata recentemente reeleito enalteceu ainda a “especial atenção” que Laborinho Lúcio tem vindo a prestar ao funcionamento dos serviços do Estado na Região Autónoma dos Açores.

## O PSD/Nacional, segundo Victor Cruz, “assume como grande desafio do novo ano vencer as próximas eleições açorianas”

O PSD/Nacional fará o que o PSD/Açores entender no processo de revisão do sistema eleitoral. A garantia foi dada por Victor Cruz no final de uma reunião com Durão Barroso, realizada no dia 15 em Lisboa.

Neste encontro, que decorreu antes da reunião da Comissão Política Nacional do PSD desse dia, o dirigente regional açoriano garantiu o apoio do líder do maior partido português, à posição assumida pelos social-democratas açorianos. Para Victor Cruz, “seria inadmissível que a Assembleia da República aprovasse uma proposta de lei eleitoral que não tenha tido unanimidade na Assembleia Legislativa Regional a poucos meses das eleições regionais”.

“O que não é bom para os Açores não pode ser bom para o País”, afirmou.

O candidato do PSD a Presidente do Governo Regional saiu desta primeira reunião da direcção nacional realizada em 2004 com a “certeza de que Durão Barroso e todo o Partido não pouparão esforços para a vitória” dos social-democratas nos Açores. O PSD/Nacional, segundo Victor Cruz, “assume como grande desafio do novo ano vencer as próximas eleições açorianas”.

Na reunião com os seus colegas de direcção nacional do PSD, Victor Cruz destacou igualmente a necessidade de cumprir o processo de revisão constitucional para assegurar novos avanços no aprofundamento do regime autonómico. O líder açoriano sublinhou que todas as propostas apresentadas pelo PSD/Açores se encontram consagradas no projecto nacional de revisão

constitucional da responsabilidade da maioria PSD/PP.

O reforço da Autonomia pela clarificação inequívoca das competências legislativas constitui um objectivo central da proposta conjunta, preconizando que as regiões autónomas passem a dispor de poder legislativo concorrencial com o Estado em todas as matérias que não estejam reservadas aos órgãos de soberania.

O projecto de revisão constitucional que Victor Cruz considera “histórico para a Autonomia Regional” confere também às regiões autónomas competência própria com vista à transposição de directivas comunitárias para o direito interno e garante a criação de um círculo eleitoral dos Açores nas eleições para o Parlamento Europeu.

## Victor Cruz na Comissão de Honra das comemorações do 30º aniversário do PSD

O presidente do PSD/Açores, Victor Cruz, é uma das três personalidades nacionais que constituem a Comissão de Honra das comemorações dos 30 anos da fundação do Partido Social Democrata. O líder açoriano foi indicado, por unanimidade, no Conselho Nacional do PSD, realizado quarta-feira em Lisboa, conjuntamente com os nomes de Francisco Pinto Balsemão e de Alberto João Jardim.

O militante nº 1 do PSD e os líderes regionais dos Açores e da Madeira integram assim a comissão encarregue de presidir à organização das comemorações nacionais dos 30 anos de existência do maior partido português.

O PPD/PSD, fundado em Maio de 1974, “conta três décadas de participação activa e decisiva na vida democrática portuguesa”, como refere o comunicado do Conselho Nacional, “representando um património de história que a todos nos orgulha, feita de empenho, dedicação e defesa dos interesses de Portugal e de serviço aos portugueses”.

As conclusões da primeira reunião do Conselho Nacional do PSD no ano de 2004, em que participou uma representação açoriana chefiada por Victor Cruz, referem que “as eleições para o Parlamento Europeu e as eleições regionais dos Açores e da Madeira deverão mobilizar todas as estruturas do Partido”. Estes processos eleitorais, acrescenta o comunicado final, “constituem uma oportunidade para o PSD demonstrar a justiça das suas ideias, das suas reformas e das suas políticas para todo o País”.

Durante a sua permanência em Lisboa, para participar nas reuniões da Comissão Política Nacional e do Conselho Nacional do PSD, o líder dos sociais democratas açorianos desenvolveu diversos contactos de natureza política e partidária, tendo almoçado com o Presidente da Assembleia da República, Mota Amaral e encontrou-se com o líder parlamentar do PSD/Nacional, Guilherme Silva, para tratar de assuntos relativos ao processo de revisão constitucional previsto para 2004. –

Fonte: Gab. Press. PSD/Açores

«Causas de Cultura»

## Pedro Santana Lopes lançou um livro de memórias do tempo em que foi Secretário de Estado da Cultura

A construção do Centro Cultural de Belém (CCB) e a recuperação do Teatro São João são, para Santana Lopes, pontos altos da sua acção como secretário de Estado da Cultura, período analisado no seu livro “Causas de Cultura”, editado pela Quetzal, e apresentado no passado dia 13, no Grémio Literário em Lisboa, pela escritora Agustina Bessa-Luís.

Na introdução, que intitulou de “Rumo Firme”, Pedro Santana Lopes resume a sua acção e as suas prioridades enquanto secretário de Estado da Cultura, entre 1990 e 1995 - a democratização da Cultura, a construção e recuperação de infra-estruturas culturais e a preservação do património.

Seguem-se capítulos dedicados ao Centro Cultural de Belém, ao Teatro Nacional de São João, no Porto, ao Centro de Artes e Espectáculos, na Figueira da Foz e a outras salas de teatro por todo o país.

A obra conta com um texto de Maria José Stock, directora do gabinete de instalação dos espaços culturais do Centro Cultural de Belém (CCB) de 1991 a 1992 e de Eduardo Paz Barroso, que foi o primeiro director do Teatro Nacional de São João.

O actual presidente da Câmara de Lisboa sublinha no capítulo dedicado ao Centro Cultural de Belém que quando o então primeiro-ministro, Cavaco Silva, lhe apresentou a ideia, considerou-a “desfasada” da sua visão das “necessidades maiores do país” mas que “não negou mérito à iniciativa”.

Santana Lopes frisa ainda que “a ideia da construção de um centro” daquele tipo “tinha nascido antes, de uma conversa entre Cavaco Silva e Luís Valente de Oliveira, ministro do Planeamento e do Ordenamento do Território” e que a “matriz partiu de facto de Valente de Oliveira”.

A seguir, Maria José Stock, directora do gabinete de instalação dos espaços culturais do CCB de 1991 a 1992, sublinha por seu lado que apesar de a construção do CCB a tempo de ali instalar a presidência portuguesa da União Europeia ter sido “um dos grandes desígnios” de Cavaco Silva, foi Santana Lopes “quem viabilizou o projecto” para que o CCB “se viesse a configurar e perfilar enquanto equipamento cultural”.

A “Jóia da Coroa”, refere Santana



Lopes, foi a recuperação do Teatro São João, no Porto, afirmando: «Mas a principal dor de alma era o Teatro São João. Um dia visitei este extraordinário espaço e vi um filme a rodar com um casal de namorados na última fila que não ligava ao que estava em exibição.

«Pude constatar que estava perante uma jóia de arquitectura, uma preciosidade em termos de espaço cultural, uma riqueza quase equivalente à do Teatro Nacional, em Lisboa», recorda.

No final, Santana Lopes fala já como presidente da Câmara de Lisboa sobre o seu projecto para o Parque Mayer, “com sentido das responsabilidades, ousando sonhar”.

No seu texto, o autarca recorda que logo no primeiro ano do mandato chamou o arquitecto Frank Gehry (com quem aparece na capa do livro) para a “responsabilidade de criar espaços que substituam outros como o ABC, o Maria Vitória, o Variedades e, em certa medida, o Capitólio”.

Santana Lopes afirmou, no lançamento do livro, que este é apenas “um exercício de memórias”. Na apresentação estiveram várias as personalidades de todos os sectores, desde a política até ao mundo das

artes e espectáculos, entre as quais o Primeiro-Ministro, Durão Barroso, o ministro da Defesa, Paulo Portas, e o ministro das Obras Públicas, Carmona Rodrigues.

Perante os presentes, Pedro Santana Lopes começou por explicar que editar um livro é “sempre um acto de coragem e ousadia” e que, neste caso em concreto, destina-se apenas a recordar a importância da Cultura e também a “repor verdades” que “o tempo e algumas vozes se encarregaram de esquecer”.

O presidente da Câmara de Lisboa elegeu, nas “Causas da Cultura” a construção do Centro Cultural de Belém e a recuperação do Teatro Nacional de São João (no Porto) como as “jóias da coroa” do seu mandato, além da construção do Centro de Artes e Espectáculos, na Figueira da Foz, neste caso, já na qualidade de presidente daquela autarquia.

Nas suas palavras sublinhou a importância da existência de um sentimento de optimismo num país, dizendo que ninguém pode sonhar pelos outros. Olhando para o primeiro-ministro, Santana Lopes assegurou ainda que está a chegar “um tempo novo”, e que falta apenas “sonhar”, já que “há coragem e há

rigor”.

A descentralização que está a ser levada a cabo pelo executivo - e que levou Durão Barroso a deslocar-se durante quatro dias ao Porto, na semana passada foi também referida pelo autarca e vice-presidente do PSD, que explicou que ser-se justo significa “distribuir pelo país” o que apenas “alguns têm”.

No final da sua intervenção, Santana Lopes sublinhou a importância da responsabilização por parte dos actores políticos, e “convidou” os leitores do seu livro a lerem-no sem preconceitos, sem ódios, mas também sem amores.

Antes, tinha sido a escritora Agustina Bessa-Luís a apresentar o livro de Pedro Santana Lopes, sublinhando o espírito “inquietante”, a “audácia” e a “capacidade de esperar” do seu autor. Recordou também o trabalho feito por Santana Lopes enquanto secretário de Estado da Cultura, classificando o Centro Cultural de Belém como “ofuscante” para a época e espírito da altura.

“Faltava a força da opinião que o fizesse valer. Ora, viver não pode ser um costume, e governar também não”, frisou a escritora, no fim da sua apresentação. – Fonte: “Lusa”

Conselho Nacional do PSD

# Reafirmado o apoio ao Governo e à prática do programa reformista

O Conselho Nacional do PSD reuniu-se no dia 14 Janeiro de 2003, quarta-feira, na Sede Nacional. No final, o órgão responsável pelo desenvolvimento e execução da estratégia política do Partido aprovou o seguinte comunicado:

## I

«O Conselho Nacional do Partido Social Democrata sublinha os esforços e a determinação do Governo no saneamento das contas públicas, criando as condições para uma efectiva retoma económica que garanta ao País as condições de crescimento e de desenvolvimento sustentado.

«O Conselho Nacional sublinha o facto de que este caminho de consolidação só será possível com a adesão e o empenho dos portugueses.

«É hoje evidente que o esforço colectivo é determinante para a criação das condições aptas a tornar Portugal um País mais moderno, mais justo e mais solidário.

«O Conselho Nacional reafirma o seu apoio ao Governo e congratula-se pela forma como tem levado à prática o seu programa reformista, destacando particularmente, neste momento, o início da aplicação da Lei Quadro das Comunidades Urbanas, a reforma do contencioso administrativo e a criação de catorze novos tribunais administrativos e fiscais, a regulamentação do Código do Trabalho e o anúncio de importantes investimentos em novas infra-estruturas ferroviárias e rodoviárias.

«Neste sentido, o Conselho



Nacional congratula-se com a consolidação de sinais de retoma na economia portuguesa, o que permite encarar este novo ano como o momento de viragem no ciclo económico, com redobrada esperança e confiança.

«O caminho está traçado e é grande a determinação em alcançar as metas estabelecidas.»

## II

«O Conselho Nacional destaca a Reforma da Administração Pública como factor essencial para uma melhor prestação de serviços aos

cidadãos, para a optimização dos recursos públicos e para o processo de modernização do País.

«Esta foi uma reforma muito anunciada e sempre adiada, pelo que o Conselho Nacional sublinha a coragem e a determinação política do Governo em concretizá-la.»

## III

«No plano político: o Conselho Nacional regista com agrado a posição de abertura manifestada pelo Partido Socialista quanto ao processo da Revisão Constitucional, sublinhando no entanto que, mesmo

assim, esta posição fica aquém do que seria necessário para a conformação da Constituição com a realidade e as necessidades do País.

«O PSD mantém, contudo, a disponibilidade para rapidamente encontrar uma base alargada de entendimento que seja efectivamente representativa dos interesses da grande maioria dos portugueses.»

## IV

«O PSD exprime a sua congratulação pela Mensagem pelo Senhor Presidente da República, hoje enviada ao Parlamento, por três razões



## Carlos Coelho coordena as «Europeias», Balsemão prepara o 30º aniversário e Dias Loureiro inicia processo autárquico

essenciais:

«Primeira, congratulação pela sua oportunidade e pelo seu conteúdo. Esta Mensagem é oportuna porque expressa uma palavra de confiança e optimismo quando o País está a iniciar o seu processo de retoma e de recuperação, e é correcto o seu conteúdo, porque a política orçamental - tema central da Mensagem - é, como sempre o dissemos, um instrumento fundamental para a recuperação e a modernização do País.

«Segunda, congratulação, porque esta Mensagem evidencia uma sintonia de posições estratégicas, na definição das prioridades nacionais, entre o Senhor Presidente da República e o Governo.

«Terceira, congratulação, ainda, pelo apelo feito pelo Presidente da República a um entendimento político alargado em torno do Programa de Estabilidade e Crescimento, que merece o nosso apoio e é coincidente com o convite repetidamente feito pelo Governo ao



principal partido da Oposição, para que se junte neste esforço nacional de convergência e recuperação.

«O PSD espera e deseja que este apelo do Senhor Presidente da

República seja ouvido e venha a ter tradução prática.

«Este é um momento e esta é uma questão em que o espírito de abertura e o sentido de responsabilidade devem sobrepor-se à mera clivagem política e à tradicional disputa partidária.

### V

«As eleições para o Parlamento Europeu e as eleições regionais na Madeira e nos Açores deverão mobilizar todas as estruturas do Partido.

«Estes processos eleitorais constituem uma oportunidade para o PSD demonstrar a justiça das suas ideias, das suas reformas e das suas políticas para o País.

«Assim, o Conselho Nacional aprovou:

1. A criação de uma Comissão coordenada pelo Eurodeputado Carlos Coelho, com vista à preparação das próximas eleições Europeias,

2. A criação de uma “Comissão de Acompanhamento do Processo Autárquico”, presidida pelo Dr. Manuel Dias Loureiro, por forma a

iniciar os trabalhos preparatórios destas eleições.»

### VI

«Por último, o Conselho Nacional aprovou a criação de uma Comissão presidida pelo militante nº 1 do Partido, Dr. Francisco Pinto Balsemão, e que integra também os Presidentes das Comissões Políticas Regionais da Madeira e dos Açores, Dr. Alberto João Jardim e Dr. Vítor Cruz, para preparar as comemorações do 30º Aniversário do Partido.

«O Partido Social Democrata conta três décadas de participação activa e decisiva na vida democrática portuguesa iniciada com a Revolução do 25 de Abril. O PSD identifica-se com o ideário fundador do 25 de Abril e vai por isso celebrar os 30 anos dessa data com responsabilidade e convicção. Temos um património de história que a todos nos orgulha, feita de empenho, dedicação e defesa dos interesses de Portugal e de serviço aos portugueses.»

\*\*\*\*\*

«Lisboa, 14 de Janeiro de 2004”



Manuela Ferreira Leite na Ordem dos Economistas

## «Estabilidade macroeconómica significa estabilidade do emprego, preços e saldos externos»

A ministra de Estado e das Finanças proferiu uma conferência na Ordem dos Economistas e a convite desta, na noite de quarta-feira da semana passada, sobre a temática da conjuntura financeira actual e das medidas governamentais que estão a ser tomadas para lidar com a situação e recuperar as condições de crescimento.

Manuela Ferreira Leite justificou as medidas de restrição de despesas e de recurso a receitas extraordinárias, com a necessidade de corrigir os desequilíbrios da economia, em particular a inflação e o endividamento externo. A política económica decorre dos problemas internos de Portugal, e não de imperativos impostos pelo pacto de estabilidade e crescimento, acrescentou.

“Mesmo que não houvesse pacto devíamos seguir esta política”, sublinhou.

A ministra afirmou que a estabilidade macroeconómica significa a estabilidade do emprego, dos preços e do saldo com o exterior.

A última vez que Portugal esteve próximo do equilíbrio nestas variáveis, disse, foi em 1995-96.

A partir de então, a entrada na moeda única conduziu a fortes estímulos monetários, pela baixa das taxas de juro, que deviam ter sido contrariados por uma política orçamental restritiva, o que não foi feito, considerou.

Isto levou a que o objectivo do pleno emprego fosse conseguido à custa do desequilíbrio nos preços e do endividamento externo, concluiu.

Em consequência, a economia perdeu competitividade e Portugal apresentou um dos maiores desequilíbrios externos dos últimos 30 anos, com famílias, empresas e Estado sobreendividados.

Manuela Ferreira Leite reconheceu que a “política orçamental que está a ser seguida prejudica o emprego, mas beneficia a competitividade e as contas externas”.

“Infelizmente é assim”, admitiu, referindo-se às consequências sociais, mas defendeu as opções do Governo, uma vez que “se não se fizesse o que se está a fazer, a médio prazo



Com o Primeiro Ministro e o Governador do Banco de Portugal, a Ministra de Estado e das Finanças discute as grandes linhas das reformas financeiras

estariamos muito pior do que estamos” e o emprego vai voltar a crescer e quando o fizer, será de forma sustentada e apoiada num real crescimento da riqueza nacional.

A ministra acrescentou que inclusive “a política orçamental até é criticada em muitos sectores, incluindo o Banco de Portugal, por não ser tão forte quanto devia”.

Por outro lado, defendeu que está a haver uma consolidação orçamental “inequívoca”.

Esta, reforçou, “vê-se pelo défice estrutural”, que passou do equivalente a 4,9 por cento do produto interno bruto em 2001 para 1,7 por cento em 2003, “e pelo crescimento das despesas correntes”, que aumentaram nove por cento em 2001, “mas só três por cento em 2003”.

A Ministra de Estado precisou que o aumento destas despesas, quando expurgadas das transferências para a saúde e a segurança social, é inferior a um por cento.

“E não incorporo os efeitos das medidas, como o fim das bonificações dos juros, porque só se manifestarão a prazo”, disse.

Neste contexto, defendeu o recurso às receitas extraordinárias perante as alternativas, que exigiriam aos portugueses um esforço e um sacrifício ainda maiores, afirmando que “... para alcançar um determinado nível de défice orçamental há duas

hipóteses: ou travar muito mais a despesa - o que é difícil, além de que os efeitos não são imediatos - ou aumentar os impostos, o que não é aconselhável com a economia a arrefecer”.

E continuou afirmando que a única outra alternativa era o aumento do endividamento, hipótese que rejeitou, porque um dos objectivos fundamentais é precisamente a sua redução.

### «A política de redução da despesa pública é para continuar»

Em substância, “... o recurso às receitas extraordinárias evita o aumento do endividamento e permite ganhar tempo, até que as medidas estruturais surtam efeito”, isto é, estas receitas extraordinárias “não devem ser para fazer mais despesa, mas para colmatar a perda de receita fiscal e evitar ter de aumentar os impostos”. Ferreira Leite considerou que esta política já está a dar efeitos, perante a redução do défice externo e da inflação.

Destacou em particular que a política de redução da despesa pública é para continuar, mesmo depois de a economia regressar ao crescimento. “Não imagino que corrigidos os desequilíbrios se pense que ficamos com espaço para aumentar despesa. Isso não, pois reduzir despesa é uma política estrutural”, sublinhou.

Ao contrário, contrapôs, “... o

essencial é baixar impostos às empresas e às famílias”. Em causa, adiantou, está a competitividade fiscal com os novos Estados-membros da União Europeia e as consequências orçamentais do previsto envelhecimento da população.

Assim, “... qualquer margem de manobra que o Orçamento do Estado dê, pela via da redução da despesa pública, deve ser canalizada para redução de impostos”.

Esta, insistiu, “é a lógica do nosso programa económico”.

A ministra das Finanças evidenciou ainda o que designou “dois grandes traços da política económica governamental”, a saber, a consideração do médio prazo e os incentivos da oferta, condições da economia, com recusa explícita de incentivar a procura, ou seja, o consumo e a despesa.

Manuela Ferreira Leite garantiu: “Devo dizer que quero deixar de lado a ideia de criar crescimento através do estímulo da procura, uma vez que incentivar a oferta é melhor”.

Entre os exemplos do estímulo à oferta mencionados, avançou a revisão da legislação da Concorrência e a liberalização de combustíveis.

A ministra especificou ainda que o Governo pretende mudar a base do modelo de crescimento, “da procura interna para a externa; do Estado para a sociedade civil”, além de “querer os portugueses emancipados do Estado e capazes de caminhar pelo seu próprio pé”. – Fonte: “Lusa”

# Conselho de Ministros Extraordinário em Óbidos

## «O maior investimento financeiro jamais realizado em Portugal no domínio da Ciência e da Investigação»

O Conselho de Ministros reuniu no sábado, em Óbidos, numa sessão extraordinária inserida no princípio e nas iniciativas da descentralização que está a ser concretizada, dando-se continuidade à realização de Conselhos de Ministros fora de Lisboa.

Esta é a quarta vez que o actual Governo se reúne em localidades exteriores à capital, uma vez que Tomar, Fronteira e Porto já acolheram reuniões idênticas.

O princípio da descentralização foi, neste Conselho de Ministros extraordinário, colocada em prática, com os governantes a utilizarem os recursos de Óbidos para a reunião.

Nesse sentido, “toda a logística estará a cargo da população local”, sublinhou fonte da organização na véspera da reunião.

Aproveitando a reunião do Governo e durante o período de intervalo cerca das 12 e 30, os ministros fizeram um percurso a pé da pousada (onde decorreu o Conselho) até à Casa do Pelourinho, um espaço, a partir de agora, dedicado à Internet e a exposições de Arte, e que foi inaugurado por Durão Barroso, numa cerimónia simples.

No final dessa primeira parte da reunião, o ministro dos Assuntos Parlamentares, Marques Mendes, garantiu que o Governo vai manter a mesma linha política e económica, sublinhando que Portugal vai agora entrar na fase de “colocar em prática” as leis da reforma da Administração Pública. O ministro dos Assuntos Parlamentares referiu ainda que a primeira parte da reunião de Conselho de Ministros foi dedicada a uma “reflexão estratégica de carácter global”, na qual se debateu essa reforma. Neste ponto, Marques Mendes frisou que o país entrou agora numa “fase importante”, a de colocar em prática as leis que já foram aprovadas no âmbito da reforma da Administração Pública.

“É preciso que em 2004 os portugueses sintam que a reforma está a ser aplicada, através da melhoria da qualidade dos serviços e maior motivação por parte dos funcionários públicos”, declarou.

Questionado sobre se os portugueses estão, na realidade, mais confiantes, Marques Mendes admitiu que Portugal “continua com dificuldades” e que as notícias relativas aos primeiros sinais de retoma devem provocar “um sentimento de satisfação”.

Após a inauguração da Casa do Pelourinho, o elenco governamental dirigiu-se para a Pousada de Óbidos para um almoço, após o qual foram retomados os trabalhos, desta vez, como dissemos antes, com a presença dos secretários de Estado.

O Conselho de Ministros terminou quase ao final do dia, depois dos secretários de Estado se juntarem à reunião, para o Governo em conjunto, fazer uma análise global dos vários sectores e a conferência de imprensa decorreu após as 17 horas, no Museu de Óbidos, criado em memória de Josefa de Óbidos, uma pintora portuguesa do século XVII, tendo o Primeiro-Ministro como pano de fundo um quadro da pintora, intitulado “Beneficiado Faustino das Neves”, em homenagem a este benemérito de



Óbidos, que deixou parte da sua fortuna àquela localidade.

Durão Barroso reiterou anteriores afirmações, dizendo que “a nossa linha de rigor e atitude reformista vai manter-se inalterável” e que este é o “momento de viragem e de retoma económica” pois o país está agora “em melhores condições” para reiniciar o crescimento e modernização do que estava “há dois ou três anos”.

O momento mais significativo da conferência, ocorreu quando Primeiro-Ministro anunciou a aprovação de dois programas operacionais para apoio à Investigação e Desenvolvimento (I&D), dotados de mil milhões de euros (200 milhões de contos), o maior investimento financeiro de sempre nesta área, em Portugal.

Esta “iniciativa estratégica”, denominada “Conhecimento e Inovação”, tem como horizonte 2010, mas a “aposta mais forte” será concentrada já nos próximos três anos.

As áreas de intervenção serão a inovação, sociedade de informação e conhecimento, modernização da Função Pública e desenvolvimento da ciência e formação no ensino superior, através de dos programas operacionais Ciência e Inovação (POCI) e Sociedade do Conhecimento (POSC).

O primeiro-ministro anunciou também a criação de um regime de mecenato científico, que prevê incentivos fiscais, e de bolsas de formação, e que juntamente com os dois programas aprovados, constituirão um “apoio claro à comunidade científica nacional” e uma “aposta na sociedade do conhecimento”.

Até 2006, serão concedidas 12 mil bolsas para formação, das quais sete mil se destinam à Administração Pública e cinco mil a mestrados, doutoramentos, pós-doutoramentos e inserção de mestres e doutores nas empresas.

“Destes modo”, explicou Durão Barroso, são concretizados os objectivos de “investir na formação e modernização da Administração

# Conselho de Ministros

Pública e combater o desemprego de licenciados e doutorados, através da criação de condições para a sua requalificação profissional e posterior integração na Administração Pública ou sector privado”.

“A aposta na investigação e na qualificação dos nossos recursos humanos é condição indispensável ao nosso desenvolvimento”, defendeu, justificando ser esta “a grande via que pode permitir a um país pequeno e com recursos limitados como Portugal competir, com sucesso, à escala europeia e mundial”.

“[As iniciativas aprovadas] podem incentivar a sociedade, em geral, e as empresas, em particular, a apostar em investigação e desenvolvimento”, afirmou Durão Barroso, que se encontrava acompanhado pelos ministros e secretários de Estado do seu governo.

O chefe do Governo justificou este investimento no sector da Inovação e do Conhecimento com a necessidade de se “apostar no futuro”.

“Temos de pensar a médio e longo prazo, por isso temos de apostar nos recursos humanos. Trata-se de apostar no futuro”, declarou Durão Barroso.

Questionado sobre o anúncio deste investimento na mesma semana em que o Governo propôs um aumento de dois por cento nos salários para a Função Pública até mil euros/mês e nenhum aumento para escalões superiores, Durão Barroso admitiu que “seria uma medida mais populista” aumentar as remunerações dos trabalhadores e esquecer este tipo de investimentos. “Mas é melhor consagrar os recursos em investimento do que em despesa corrente”, considerou o Primeiro-Ministro, acrescentando que esta “é uma iniciativa estratégica” e representa uma “aposta ambiciosa” e “de crescimento” para o futuro.

Ainda sobre esta questão, o chefe de Governo frisou que a iniciativa hoje aprovada vai permitir “combater o desemprego”, problema que Durão Barroso já assumiu ser a sua principal prioridade, através da formação.

Questionado sobre a presença de um grupo de manifestantes, enviados de Leiria pela CGTP, e que hoje, de manhã, receberam com palavras de protesto o elenco governamental, antes do início da reunião, Durão Barroso comentou, com manifesto bom-humor, que “não eram habitantes de Óbidos” e que a população daquela vila tinha recebido o Governo calorosamente, conforma a própria comunicação social podia testemunhar.

“Aliás, prometo voltar em breve a Óbidos, sem ser em funções oficiais”, declarou, tendo afirmado que uma visita privada se devia a que Óbidos é “uma vila lindíssima que favorece a descontração e onde dá prazer estar e andar a pé e bem merece o apoio de Portugal para uma candidatura a Património da Humanidade”.

## O Primeiro-Ministro comunica ao País as decisões do Conselho

Transcrevemos, a terminar, as palavras proferidas por Durão Barroso na Conferência de Imprensa, nas quais se pomenorizam as medidas tomadas na reunião do Executivo:

O Conselho de Ministros, reunido hoje em Óbidos, fez uma reflexão estratégica sobre o futuro. Mais do que olhar para trás, interessa-nos olhar para a frente. Mais do que efectuar balanços, importa definir novas metas em relação ao futuro.

Ao longo de ano e meio o Governo privilegiou duas preocupações essenciais: uma política de rigor financeiro e orçamental e uma acção reformadora.

Agir com rigor – particularmente no domínio financeiro e orçamental – é condição indispensável para a recuperação económica e a melhoria da competitividade do País. Reformar é importante para realmente mudar, atacando os problemas nas suas causas mais profundas e estruturais.

Esta política está a dar frutos e começa a apresentar resultados. Desde logo, no plano do déficit orçamental e da consolidação das contas públicas, na retoma e na recuperação económica. Por isso vamos manter, desenvolver e aprofundar esta política.



Mas queremos ir mais longe. Queremos sobretudo uma aposta determinada no maior activo estratégico que o País dispõe – os nossos recursos humanos. É decisivo investir mais e melhor na formação e na qualificação, na ciência e na investigação, no conhecimento como factor de desenvolvimento.

Esta é uma aposta que se torna agora mais viável do que antes. Porque se começou a fazer, com sucesso, o saneamento das finanças públicas, pondo ordem nas contas do Estado. E porque, havendo necessidade de articular o esforço nacional com o apoio comunitário, esta opção só poderia concretizar-se com maior alcance no momento da reprogramação dos fundos comunitários.

Por isso, o Conselho de Ministros extraordinário de hoje decidiu fazer uma nova aposta estratégica – uma forte mobilização nacional na Ciência e na Inovação.

Em consequência, aprovou um importante conjunto de medidas para imediata aplicação [a saber]:

## I - INICIATIVA ESTRATÉGICA – CONHECIMENTO E INOVAÇÃO

Objectivos:

O Conhecimento é fonte de desenvolvimento. A criação e transmissão do Conhecimento são fundamentais para a Inovação, o crescimento económico sustentado e a melhoria do bem-estar social. Assegurar a sustentabilidade a longo prazo do Conhecimento Científico e da Tecnologia, da Inovação através de uma Sociedade baseada no Conhecimento, é assegurar uma economia mais sustentável, mais produtiva, mais competitiva.

É um grande desafio.

Respondendo a esse desafio o Conselho de Ministros aprovou hoje uma nova iniciativa de carácter estratégico: a iniciativa Conhecimento e Inovação.

Esta iniciativa tem por base:

- O Conhecimento estratégico, tendo a Ciência como factor de qualificação, inovação e competitividade;
- O Conhecimento estruturante, tendo a Ciência como instrumento de modernização do Estado e da Sociedade.

A importância da promoção do conhecimento científico é, assim, um



imperativo nacional. O conhecimento adquirido com as novas tecnologias e processos é motor de crescimento, de competitividade e coesão. É um instrumento gerador de novos empregos, de criação de mais riqueza, de promoção de maior justiça social.

Numa palavra: a aposta na investigação e na qualificação dos nossos recursos humanos é condição indispensável do nosso desenvolvimento. Esta é a grande via que pode permitir a um País pequeno e com recursos limitados como Portugal competir, com sucesso, à escala Europeia e Mundial.

## Áreas prioritárias de intervenção:

A iniciativa estratégica hoje aprovada define, com rigor, as áreas prioritárias de intervenção que são, essencialmente, quatro:

- A Inovação, traduzida no apoio a projectos de I&D especializados em sectores estratégicos, visando transferir tecnologia para o sector

# Conselho de Ministros



empresarial, e em projectos de arranque rápido de grande impacto na captação de riqueza e na promoção da produtividade e da competitividade;

2 - A Sociedade da Informação e do Conhecimento, investindo prioritariamente na formação avançada nas áreas das tecnologias de informação, no desenvolvimento de serviços, aplicações e conteúdos seguros, e nas acções mobilizadoras de qualificações e de introdução de novas tecnologias nas áreas da Cultura, da Educação, da Defesa, da Segurança e da Saúde;

3 - A Modernização da Administração Pública, apostando na formação e qualificação dos seus recursos humanos, na criação de estágios de longa duração de licenciados e doutorados, nos investimentos em acções no domínio da administração em rede, por forma a obter uma administração moderna, responsável e célere a servir o cidadão;

4 - O Desenvolvimento da Ciência e da Formação no Ensino Superior, intensificando o investimento na área da saúde e a formação avançada de investigadores e docentes, apoiando a sua inserção nas empresas e nas instituições de I&D, criando novos apoios ao estágio de alunos nas empresas e promovendo a criação de infra-estruturas científicas e do ensino superior.

## Instrumentos de Acção:

A iniciativa estratégica, hoje aprovada, será concretizada através da criação de dois Programas concretos:

O *Programa Operacional Ciência e Inovação* tem um objectivo claro – apoiar as medidas de estímulo à inovação, o financiamento dos projectos de arranque rápido, a promoção da divulgação científica e o apoio ao ensino superior.

O *Programa Operacional Sociedade do Conhecimento* tem um objectivo preciso – apoiar a modernização da Administração Pública, a concretização da Iniciativa Estratégica Conhecimento e Inovação nas áreas da Sociedade da Informação, da Cultura, da Educação, da Defesa, da Segurança e da Saúde.

A par destes dois Programas serão concedidas, no período de 2004/2006, 12 mil Bolsas para Formação – 7 mil bolsas para formação na Administração Pública, com especial destaque nas bolsas para estágios de longa duração por parte de licenciados e doutorados e bem assim para formação especializada de dirigentes; e 5000 bolsas para mestrados, doutoramentos, pós-doutoramentos e ainda para a inserção de mestres e doutores nas empresas.

Deste modo se prosseguem dois objectivos:

1º - O investimento na formação e na modernização da Administração Pública;

2º - O combate ao desemprego de licenciados e doutorados, através da criação de condições para a sua requalificação profissional e posterior integração quer na Administração Pública quer no sector privado.

## Calendário de Execução e Meios Financeiros:

A iniciativa estratégica hoje aprovada tem o horizonte de 2010. É a

meta temporal definida para que a União Europeia se assuma, no espaço desta década, como a economia baseada no conhecimento mais competitiva do Mundo. E Portugal quer dar o seu contributo activo para este objectivo.

Mas esta iniciativa estratégica tem aplicação imediata e a aposta mais forte é concentrada já em 2004, 2005 e 2006. É esta a nossa vontade política. O contributo que queremos dar para uma aposta determinada na competitividade da nossa economia.

Os meios financeiros são significativos. O investimento total a disponibilizar para os dois Programas aprovados é de mais de 1 bilião de Euros. Mais de 200 milhões de contos a 2004 / 2005 / 2006.

O Programa Operacional Ciência e Inovação disporá de 419

milhões de Euros.

O Programa Operacional Sociedade do Conhecimento disporá de 634 milhões de Euros.

É o maior investimento financeiro alguma vez realizado em Portugal no domínio da Ciência e da Investigação.

## II - MECENATO CIENTÍFICO

A última importante decisão hoje aprovada, também no domínio da Ciência e da Investigação, é igualmente inovadora.

Trata-se do lançamento do *Mecenato Científico*.

A razão é simples: a União Europeia definiu o objectivo de, em 2010, os Países investirem cerca de 3% do PIB em investigação, sendo que dois terços devem ficar a cargo do sector privado e um terço a cargo do sector público.

Em Portugal, ao contrário da orientação definida, o contributo do sector privado é ainda claramente insuficiente e bem menor que o do Estado.

Temos, por isso mesmo, de incentivar a iniciativa privada a investir mais em investigação.

O Mecenato Científico visa conceder benefícios fiscais a todos quantos, através de apoios em dinheiro ou em espécie, decidam investir em inovação e investigação.

Os Mecenas – aos quais aproveitará o regime de benefícios fiscais – poderão ser pessoas singulares ou colectivas, de natureza pública ou privada.

Os Beneficiários do Mecenato Científico serão entidades que prossigam uma actividade científica, como tal reconhecida pelo Estado, designadamente institutos, fundações, associações, instituições de ensino superior, unidades de I&D e centros de investigação.

Acredito que esta decisão terá, no futuro, resultados importantes. Mobilizando a sociedade em geral e incentivando as empresas em particular, para um maior envolvimento na batalha da investigação para o desenvolvimento.

\*\*\*\*\*

Uma palavra final.

As medidas, hoje aprovadas – a Iniciativa Estratégica Conhecimento e Inovação, as Bolsas para Formação e o Mecenato Científico – assumirão um papel determinante para a promoção da investigação em Portugal, constituirão um apoio claro para a comunidade científica nacional e representarão uma aposta fundamental na sociedade do conhecimento, como instrumento essencial de um País mais rico, mais justo e mais culto.

Portugal tem tudo a ganhar com este investimento. É um investimento estruturante e estratégico. É o investimento na formação e na qualificação. É o investimento na qualidade, na inovação e na excelência.

É a aposta na nossa comunidade científica. É a aposta nos nossos recursos humanos. É a aposta nos nossos jovens.

É a aposta nos Portugueses.

É a aposta no futuro. – Fonte: “Lusa”



O Primeiro-Ministro no Norte

## «Dia da Justiça» encerra visita aos distritos do Porto e Braga

A visita de quatro dias do Primeiro-Ministro aos distritos de Braga e Porto, foi um sucesso político e uma manifestação de apoio popular verdadeiro, pois não houve concessões a “populismos” fáceis e em toda a parte Durão Barroso deixou uma mensagem de confiança e esperança, mas sempre recordando e sublinhando as dificuldades que todos teremos ainda de vencer, para superar a situação insustentável que este Governo encontrou há ano e meio.

O último dia da visita, foi dedicado à Justiça, com a inauguração de tribunais administrativos e tributários e a instalação de um julgado de paz.

O “Dia da Justiça” começou com uma sessão solene na Câmara do Porto, que incluiu a assinatura do protocolo instituidor do primeiro julgado de paz do concelho.

A criação desta nova instância de resolução rápida de conflitos foi formalizada através de um protocolo, assinado pela ministra da Justiça, e pelo presidente da Câmara do Porto, Rui Rio. O protocolo foi aplaudido por toda a oposição camarária.

Também no mesmo dia, Durão Barroso inaugurou os tribunais administrativos e tributários do Porto e de Penafiel, participando nesta cidade numa sessão solene.

### Uma rápida revisão dos quatro dias no Norte



Esta digressão de quatro dias levou Durão Barroso a dois concelhos do distrito de Braga (Braga e Terras de Bouro) e seis do distrito do Porto (Porto, Gaia, Gondomar, Maia, Lousada e Penafiel), e foi marcada por anúncios de obras viárias para a região.

Domingo, Durão Barroso anunciou o lançamento do concurso para a construção da rede viária do Douro Litoral, obra de 570 milhões de euros que inclui uma nova ponte sobre o Douro e o fecho de quatro auto-estradas que vão des congestionar o trânsito de acesso ao Porto.

Segunda-feira, o primeiro-ministro revelou que a construção de Rede Ferroviária de Alta Velocidade (TGV) vai começar em 2006, iniciando-se, como previsto, com a construção da linha Porto-Vigo.

No mesmo dia, Durão Barroso assistiu à criação da primeira comunidade urbana (Vale do Sousa), acto que marca o arranque de um novo modelo de descentralização de poderes. Neste acto registou-se um momento de boa disposição e humor, quando foi oferecido ao Primeiro-Ministro um par de sapatos, produto da indústria de calçado que é um dos principais esteios económicos da região. Durão Barroso agradeceu e comentou «... ainda bem que me deram um par de sapatos ... e não um “par de botas” ... »

A visita tinha começado no sábado, em Braga com a assinatura de um Pacto de Desenvolvimento Regional entre a Universidade e Associação Industrial do Minho e 18 municípios da região e a inauguração, no parque da Peneda-Gerês, de um centro de educação ambiental.



«A reforma da Justiça é uma das mais estruturantes e significativas»

No final da inauguração do Tribunal Central Administrativo e Tributário do Porto, Durão Barroso reafirmou a sua confiança no funcionamento do poder judicial, lamentando apenas que a grande mediatização de alguns casos possa estar a “confundir o essencial com o acessório”.

“Em todo o lado há falhas, mas o que é verdade é que o poder judicial



funciona”, disse Durão Barroso

Mínutos antes, na assinatura do protocolo que permite a criação do Julgado de Paz do Porto, o primeiro-ministro, que dedica à justiça o último dia da sua visita ao norte do país, reconheceu que “nem sempre o mais mediático é o mais importante, como nem sempre o que é mais importante consegue centrar sobre si os holofotes dos meios de comunicação social”.

“A grande mediatização a que a justiça tem estado submetida nos últimos tempos pode fazer-nos incorrer num erro perigoso: o erro de confundir o essencial com o acessório, de não distinguir entre o estrutural e o conjuntural”, disse.

O chefe do Governo lamentou que os passos que têm sido dados na reforma da Justiça, que classificou como “uma das mais estruturantes e significativas”, tenham passado “praticamente despercebidos na comunicação social”.

Durão Barroso deu como exemplo a descentralização em curso dos tribunais administrativos, considerando “um passo de gigante” a instalação no Porto do Tribunal Central Administrativo e Tributário.

No âmbito desta reforma, destacou ainda a criação de 14 tribunais



O Primeiro-Ministro no Norte (Conclusão)

## Inaugurados Tribunais Administrativos Tributários e um Julgado de Paz



administrativos e tributários e a instalação de julgados de paz, que abrangem 1,6 milhões de cidadãos em 25 concelhos e mais de 400 freguesias.

Durão Barroso elogia e incentiva Rui Rio

Já quase no fim do programa do último de quatro dias de visita ao Norte, o chefe do Governo falou numa sessão solene na Câmara do Porto, na sua primeira visita aos Paços do Concelho da cidade enquanto Primeiro-Ministro.

Durão Barroso dirigiu calorosas

palavras de incentivo ao presidente da Câmara do Porto, Rui Rio dizendo-lhe para continuar a ser “um autarca social”, mesmo não sendo sempre “politicamente correcto”.

“O meu amigo Rui Rio não é politicamente correcto, mas é portuensemente correcto”, afirmou Durão Barroso.

“Esta é a sua marca: um autarca social. Continue assim, continue a pensar nos mais desfavorecidos, nos que mais precisam de nós”, disse Durão Barroso a Rui Rio.

Momentos antes, Rui Rio tinha afirmado ter escolhido “o caminho

mais difícil e política e mediaticamente mais incómodo” quando há dois anos iniciou um mandato autárquico “de ruptura” com o passado.

O presidente da Câmara do Porto frisou que a sua opção foi pelo “caminho dos que não têm voz”, nomeadamente as cerca de 50 mil pessoas que vivem em habitações sociais, na sua maioria degradadas e abandonadas nos 12 anos de gestão socialista.

O autarca garantiu que não ambiciona um cargo no Governo, porque considera que o estatuto de Ministro é equivalente ao de presidente da Câmara da segunda cidade do país, desde que o titular deste cargo desempenhe o seu papel de forma a elevar o concelho à sua dimensão nacional.

“Já estive lá (em Lisboa) 10 anos. Já estive tempo que chegue”, frisou Rui Rio, garantindo que não se teria candidatado à Câmara do Porto se a sua vontade fosse continuar na capital, onde esteve como deputado.

Depois da cerimónia na Câmara do Porto, em que foi assinado o protocolo que institui o primeiro julgado de paz da cidade, o primeiro-ministro inaugurou o Tribunal Central Administrativo do Norte e o Tribunal Tributário do Porto.

### Fim da visita, em Penafiel

A visita de quatro dias aos distritos de Braga e Porto, que Durão Barroso prometeu repetir, terminou em Penafiel com outra sessão solene e a inauguração de um dos 14 tribunais administrativos e fiscais criados com a reforma do contencioso administrativo que entrou em vigor no primeiro dia do ano.

Na ocasião, o ex-presidente da Assembleia da República e actual presidente da Assembleia Municipal de Penafiel, Barbosa de Melo (PSD), elogiou esta reforma, admitindo, contudo, que nos primeiros tempos possa haver alguma “dificuldade de interpretação” da lei por quem tem de a pôr em prática.

Barbosa de Melo enalteceu também Durão Barroso pela “revolução silenciosa” na descentralização administrativa, recordando que este princípio consta na Constituição desde 1976, mas “em rigor até agora ninguém o tinha tomado a sério”, tendo sido Durão Barroso e o seu Governo que, corajosamente o fizeram.

– Fonte: Lusa



Congresso da Juventude Social-Democrata

# Mais de 800 dirigentes, delegados, observadores e convidados no Centro de Congressos do Estoril



## A intervenção do Presidente do PSD

O recomeço dos trabalhos foi marcado pela chegada do Presidente do PSD. A entrada de Durão Barroso foi recebida com os delegados em pé, aplaudindo e vitoriano por muito tempo o líder do Partido a quem, ante o recrudescimento do entusiasmo da assistência, Jorge Nuno Sá se dirigiu, dizendo: «*Senhor Presidente, esta é a sua JSD*»..

Numa intervenção muitas vezes interrompida com aplausos, o líder do PSD transmitiu toda a sua confiança aos congressistas, deixando uma mensagem de agradecimento pelo apoio que vem sentido da parte da juventude.

Durão Barroso alertou os jovens social-democratas para a possibilidade de a

oposição apostar este ano numa estratégia de divisão do governo, à medida que se aproxima “a recuperação” económica do país.

“Este vai ser um ano de grandes combates políticos”, avisou, afirmando que “Os nossos adversários já entenderam que o ciclo mudou, que vem aí a recuperação. Mas sabem eles e sabemos nós que os efeitos práticos disso não se

Reuniu-se no sábado o Congresso da JSD, especificamente convocado para realizar a alteração dos estatutos.

De acordo com declarações à agência “Lusa”, pelo Presidente da CPN, Jorge Nuno Sá, seriam discutidas várias propostas de alteração das regras internas da Juventude Social Democrata, propostas essas que se destinam a “adaptar os estatutos aos dias de hoje”, “devolver o poder às bases” e “tornar mais fácil” o funcionamento desta estrutura partidária do PSD.

No Congresso estiveram presentes mais de 800 dirigentes, delegados, observadores e convidados que enchem o magnífico anfiteatro do Centro de Congressos do Estoril, local onde tiveram lugar os trabalhos.

A proposta da Comissão Política Nacional da JSD foi apresentada pelo seu líder, o Deputado Jorge Nuno Sá, sendo a única que obteve a aprovação por unanimidade e aclamação. O Congresso aprovou por maioria outras sete moções sectoriais de alteração, motivando um debate muito vivo e pleno de emotividade na confrontação das ideias em causa.

Os trabalhos foram interrompidos à hora de jantar, havendo lugar a uma intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Cascais, António Capucho, que teceu elogios à JSD, tendo feito uma síntese do seu historial e importância para o PSD e para a democracia portuguesa.



Congresso da Juventude Social-Democrata (Conclui)

## «Senhor Presidente esta é a sua JSD»

## Jorge Nuno Sá, à chegada de Durão Barroso



notam de imediato. E por isso, vão tentar dividir-nos, criticar a coligação. O seu único recurso é a divisão porque não têm uma verdadeira ideia, uma verdadeira alternativa”, disse.

Durão Barroso voltou a sublinhar a sua convicção de que “o pior já passou” para a economia nacional e que a retoma “já começou de forma gradual”, apesar de a situação do país ser ainda “complicada do ponto de vista estrutural e das finanças públicas”.

Agora, enfatizou, é “continuar no caminho seguido” até aqui e “não voltar para trás”.

O essencial do discurso de Durão Barroso foi, no entanto, para o pacote de incentivos à investigação e desenvolvimento, hoje aprovado em Óbidos pelo governo.

“Trata-se, não de ciência e tecnologia desgarrada, mas de um investimento na formação de quadros para a administração pública e para as empresas”, afirmou, referindo que existem hoje em Portugal “40 mil jovens licenciados que não encontram qualificação no mercado de emprego”.

“Há uma desadequação muito grande entre aquilo que é a formação que hoje é dada por grande parte no nosso ensino superior e aquilo que é a procura

no mercado de trabalho».

«Por isso, vamos agora criar programas que permitam a requalificação de jovens licenciados que se queiram especializar em áreas úteis, seja para a administração pública, seja para o emprego em empresas privadas”, explicou.

Defendendo a “política de rigor e contenção orçamental” seguida pelo executivo - que, ironizou, é de “obsessão em nome da juventude” - o líder do PSD e Primeiro-Ministro procurou depois, longamente, desmontar a clássica “dicotomia entre esquerda e direita” para criticar os que têm “uma atitude cultural errada, face à mudança, face à globalização”.

E já a terminar, Durão Barroso afirmou que “... há um sonho – temos um sonho - que se poderá e deverá realizar: que o PSD volte a ganhar nos Açores”.

### «Houve sangue no Congresso»

Nesta reunião magna estiveram igualmente presentes figuras destacadas do PSD, como José Luís Arnaut, Secretário Geral; Guilherme Silva, presidente do Grupo Parlamentar; José Matos Rosa, Secretário Geral Adjunto; Helena Lopes da Costa, da CPN e Deputados pela JSD, Pedro Duarte, Ricardo Almeida, Rodrigo Ribeiro, Daniel Rebelo, Jorge Pereira, Pedro Alves, Carlos Rodrigues, e Gonçalo Capitão.

Tendo sido um Congresso “pacífico”, mesmo assim houve sangue, garantiu o líder da JSD, Jorge Nuno Sá, referindo-se a uma iniciativa da distrital de Lisboa que, em parceria com o Instituto Português de Sangue, promoveu uma colheita de sangue entre as 15:00 e as 19:00 horas de sábado, onde foram colhidas substanciais quantidades, para dádiva aquele Instituto.

Para participar nesta iniciativa, que teve entusiástica aderência dos jovens social-democratas, os militantes da JSD foram submetidos a uma breve consulta médica, realizada no local. – Fonte: “Lusa”





Mercado Ibérico de Electricidade

# Durão e Aznar assinam acordo na visita de despedida do PM espanhol

O presidente do Governo espanhol, José María Aznar, está em Lisboa no dia em que fechamos este jornal, em visita ao seu homólogo Durão Barroso, deslocação que é a primeira de uma série de visitas de despedida por vários países, dado que vai deixar o Governo após as eleições de Março e aproveita a sua passagem por Portugal para a assinatura conjunta do acordo do Mercado Ibérico de Electricidade. Aznar e Durão vão dar uma conferência de imprensa conjunta após a cerimónia, a que faremos referência na próxima edição do "Povo Livre".

Apesar de a data oficial de entrada em vigor do MIBEL ter sido fixada para 20 de Abril, a sua implementação, por parte de Portugal, terá lugar a partir do dia da assinatura. Em Espanha, o MIBEL entrará em vigor de forma provisória até que o Parlamento, saído das próximas eleições de 14 de Março, ratifique o acordo.

A visita de Aznar e a assinatura do MIBEL é aproveitada para a realização do I Fórum Empresarial Luso-Espanhol, consequência do acordo nesse sentido subscrito entre a Associação Industrial Portuguesa e a sua congénere espanhola CEOE. Está previsto que cerca de 100 empresários espanhóis, entre os quais 35 executivos das empresas eléctricas que vêm para assistir à assinatura definitiva do MIBEL, estejam presentes no Fórum, a inaugurar por Rocha de Matos e o espanhol José María Cuevas. O tema será as «Oportunidades das empresas portuguesas e espanholas num mundo globalizado».

Fontes diplomáticas explicaram que «uma vez que a retoma está à vista, é o momento ideal para começar a trabalhar a sério na busca de sinergias entre Portugal e Espanha» e na cooperação bilateral.

## Nota do Ministério da Economia sobre o MIBEL

Entretanto, o Ministro da Economia enviou à Comunicação Social uma nota sobre o assunto, na qual se afirma:

«Na XIX Cimeira Luso-Espanhola, realizada na Figueira da Foz, os Ministros da Economia de Portugal e Espanha assinaram um Memorando de Entendimento que estabelece definitivamente todas as condições necessárias para a concretização do Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL).

«Entre as condições necessárias, estava prevista a assinatura de um Acordo Internacional, que formaliza o reconhecimento de um mercado único de electricidade a nível Ibérico. Este Acordo é, assim, um marco importante do processo de integração dos sistemas eléctricos de Portugal e Espanha e da construção do Mercado Interno de Energia na União Europeia.

«Um dos aspectos mais relevantes do Acordo que irá ser assinado pelos Ministros da Economia de Portugal e de Espanha, é o reconhecimento recíproco de agentes, ou seja, sendo concedido o estatuto de produtor, comercializador ou outro, por parte de um país o reconhecimento pelo outro país é automático, conferindo igualdade de direitos e obrigações a esse agente.



«Para além desta determinação, este Acordo vem também:

- Estabelecer que entidades podem participar no MIBEL;
- Obrigar as partes a desenvolver, de forma coordenada, a legislação necessária que permita o funcionamento de um mercado integrado;
- Formalizar a constituição de um Operador de Mercado Ibérico único, e as fases que levarão à sua criação, de acordo com o Memorando de Entendimento fixado na Cimeira Luso-Espanhola da Figueira da Foz;
- Indicar as formas de contratação possíveis no MIBEL e sua evolução;
- Estabelecer as competências do Conselho de Reguladores Ibérico (que integra os reguladores sectoriais dos dois países), do Comité de Agentes



de Mercado (que integra representantes de todas as entidades que podem intervir no mercado) e do Comité de Gestão Técnica do MIBEL (que integra os Operadores de Mercado e de Sistema dos dois países);

- Classificar as possíveis infracções de actuação dos agentes por grau de gravidade e determinar as respectivas sanções e jurisdição competente para o recurso dos actos administrativos do Conselho de

Reguladores Ibérico.

«Conforme o previsto no Memorando de Entendimento assinado na Cimeira da Figueira da Foz, o funcionamento integrado dos dois pólos do Mercado Ibérico terá início efectivo a 20 de Abril de 2004.

«A partir dessa data, estará, pela primeira vez, ao alcance das empresas portuguesas e espanholas, um mercado a prazo de energia eléctrica, que será desenvolvido pelo Operador de Mercado Ibérico Português (OMIP).

Para além das vantagens decorrentes da previsibilidade de preço - inerente aos mercados a prazo - e de maior certeza no planeamento de custos para as empresas - é legítimo prever que a liberalização do mercado de electricidade em Portugal e o aumento da concorrência pela

criação do Mercado Ibérico, tenham efeitos na descida dos preços e qualidade do serviço prestado, com o conseqüente acréscimo de competitividade das empresas nacionais.

«À excepção dos países nórdicos, esta é a primeira experiência de concretização do mercado interno de energia, a nível europeu.

«A cerimónia de assinatura, pelos Ministros da Economia de Portugal e Espanha, do Acordo Internacional entre Portugal e Espanha para a constituição do Mercado Ibérico de Electricidade, terá lugar no próximo dia 20 de Janeiro, às 12 horas, no Centro Cultural de Belém, Sala Siaca, na presença do Primeiro Ministro de Portugal e do Presidente do Governo de Espanha.

A Comissária Europeia Loyola de Palácio

desloca-se a Portugal para participar nesta cerimónia.

«A assinatura do Acordo Internacional, em cerimónia pública, será seguida de uma Conferência de Imprensa, pelos Chefes de Governo de Portugal e Espanha, no Centro Cultural de Belém.»

- Fontes: "Lusa" e Fernando Barciela, correspondente em Madrid

Vai acabar a dupla tributação do IRS dos emigrantes portugueses

# Consulta ao Conselho Permanente das Comunidades

O Governo vai acabar com a dupla tributação em matéria de IRS para os portugueses residentes no estrangeiro no decorrer deste ano, anunciou no princípio deste mês o secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Cesário, esclarecendo que a Lei do Orçamento de Estado para 2004 autoriza o Governo a alterar o Código do IRS no que respeita ao conceito de residência, abrindo caminho à solução de “gravíssimas situações de dupla tributação”.

“Os casos de dupla tributação verificam-se, normalmente, quando existem rendimentos dos dois cônjuges e que um vive em Portugal e o outro no estrangeiro, sendo os rendimentos tributados duplamente, ou seja, nos dois países”, explicou Cesário.

Com a alteração do Código de IRS, que depende agora de decreto-lei do Ministério das Finanças, passará a ser considerada para efeitos fiscais apenas uma residência como sendo a habitual, sendo esta a única onde o IRS será cobrado.

Segundo José Cesário, esta alteração deverá acontecer durante o corrente ano e abrangerá os países com os quais Portugal mantém acordos em matéria tributária, entre os quais se conta a Alemanha, de onde provém a maior parte das queixas nesta matéria apresentadas por contribuintes portugueses residentes no estrangeiro.

## Relações com o Conselho Permanente das Comunidades

Entretanto, para equacionar alguns dos problemas fundamentais do sector estatal que tutela e valorizar um órgão consultivo que considera fundamental, o secretário de estado das Comunidades, dirigiu ao presidente do Conselho Permanente das Comunidades Portuguesas, uma carta que transcrevemos e na qual afirma:

«Como é do seu conhecimento, o actual Governo atribuiu, desde o momento em que iniciou funções, absoluta prioridade à revisão de legislação que enquadrava o funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas, levando igualmente a cabo o seu último acto eleitoral, tendo em conta o objectivo estratégico de promover a sua valorização política, enquanto órgão consultivo para as políticas dirigidas aos portugueses não residentes em Portugal.

«Tem assim sido nesta mesma linha, que eu próprio procedi, ao



## José Cesário com Henrique Rangel Pereira, o detentor do primeiro Bilhete de Identidade emitido electronicamente, no Consulado do Rio de Janeiro

longo do meu mandato, a diversas consultas escritas ou orais ao CCP acerca de diversas medidas dirigidas ou a dirigir às Comunidades Portuguesas, realizando simultaneamente dezenas de reuniões com a generalidade dos membros que constituem este órgão.

«Deste modo, tendo em conta a preparação de acções a desenvolver no futuro, venho, por seu intermédio, solicitar ao Conselho das Comunidades Portuguesas a emissão de pareceres e propostas acerca das questões que se seguem:

1. Revisão da Legislação sobre o CCP

Passada a fase de estabilização deste órgão, ultrapassando-se as indefinições que o condicionaram até 2002, é altura de, ponderadamente, reflectir sobre os seus objectivos e a sua organização, preparando-se cuidadosamente uma futura revisão da sua legislação enquadadora.

É assim este o momento para preparar e discutir propostas que valorizem a função deste órgão, garantindo uma crescente aproximação às comunidades portuguesas.

Solicitam-se assim tais propostas e sugestões até ao fim do corrente ano de 2004.

### 2. Grandes Opções do Plano e Orçamento de Estado para 2005

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento de Estado são instrumentos políticos e técnicos indispensáveis para a definição das políticas dirigidas anualmente aos portugueses.

As comunidades portuguesas são assim alvo de medidas contempladas e consideradas no âmbito dos diversos planos e orçamentos, sem os quais o seu enquadramento é impossível.

Assim, para evitar apreciações apressadas, de última hora, julgo ser positivo que o CCP apresente propostas que dêem contributos para estes documentos, numa base de grande responsabilidade e de enorme rigor.

Solicita-se assim propostas para as próximas Grandes Opções do Plano e Orçamento de Estado, a apresentar até ao dia 30 de Abril de 2004.

3. Organização do Movimento Associativo e participação dos jovens luso-descendentes

O movimento associativo das comunidades portuguesas possui uma extraordinária importância federadora e socializadora dos portugueses residentes no estrangeiro, cumprindo importantes funções de índole social, educativa, política, cultural e económica.

Porém, fruto das permanentes transformações sofridas pelas nossas mais diversas comunidades, este movimento associativo também se vê obrigado a evoluir, sendo imperativo o envolvimento das gerações mais novas, normalmente já nascidas nos países de acolhimento.

Tal processo de reestruturação e reorganização obriga os nossos dirigentes associativos a repensar muitas das suas estratégias e o próprio Governo a redefinir as suas políticas dirigidas a este sector.

Neste sentido, é fundamental encontrar novas ideias que possam abrir novos caminhos e horizontes

para um movimento associativo renovado da nossa Diáspora, pelo que se solicita aos senhores conselheiros a apresentação até 31 de Maio de 2004, de sugestões e propostas neste sentido.

4. Resposta dos serviços consulares

Sendo os consulados e secções consulares estruturas essenciais de ligação entre Portugal e as suas comunidades, é fundamental que o seu funcionamento corresponda, tanto quanto possível, às expectativas dos respectivos utentes, sendo essencial conhecer as suas opiniões acerca do serviço prestado.

Neste sentido, solicita-se aos membros do CCP a emissão de apreciações críticas acerca do funcionamento de cada posto consular dos círculos por onde foram eleitos, adiantando os aspectos mais positivos e mais negativos com vista à melhoria do serviço a prestar aos utentes.

Pretende-se que tais propostas sejam enviadas ao meu Gabinete até 30 de Abril de 2004.

5. Condecoração de personalidades

A atribuição de condecorações a personalidades no estrangeiro por parte das mais diversas entidades do Estado Português deverá ser o mais consensual possível envolvendo, dentro da minha perspectiva, as próprias comunidades locais, premiando-se acções, atitudes ou percursos em que, de alguma forma, nos deveremos rever.

Assim, para além das propostas que normalmente me são enviadas por parte dos titulares das embaixadas e dos consulados, é desejável ter uma visão mais abrangente da situação local pelo que solicito que, até ao próximo dia 15 de Fevereiro, me sejam enviadas sugestões de personalidades a, eventualmente, condecorar aos mais diversos níveis, com a devida e pormenorizada fundamentação, para posterior ponderação

«Tendo assim em consideração a enorme importância das questões suscitadas, gostaria que o Senhor Presidente fizesse chegar, com a maior urgência possível, estas minhas solicitações a todos os membros do Conselho das Comunidades Portuguesas.

«Certo de que contarei com toda a colaboração possível pela parte do CCP para a continuação deste esforço de reforma da nossa política para as Comunidades Portuguesas, subscrevo-me atentamente com os meus melhores cumprimentos, José de Almeida Cesário»



## LOURES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes da Secção de Loures, para a Assembleia que se realiza no dia 2 de Fevereiro de 2004, segunda-feira, com início marcado para as 21h00 na sede sita no Parque Residencial do Almirante, lote 15- Loja 4 em Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1. Informações;
2. Apresentação do relatório e Contas de 2003 e do Orçamento de 2004.

## AZAMBUJA

Ao abrigo do artigo 51º dos estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção Concelhia de Azambuja, para reunir em sessão extraordinária, no próximo dia 31 de Janeiro de 2004 ( sábado), pelas 15h00, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Azambuja, com a seguinte

Ordem de Trabalho

Ponto único: Discussão e votação da Moção de Censura à Censura Política da Secção de Azambuja, nos termos e para os efeitos do artigo 65º dos Estatutos Nacionais do PSD.

## ALMADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Almada, para reunir no próximo dia 6 de Fevereiro de 2004, pelas 21h00, no parque de Stº António- Costa de Caparica, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Aprovação das Contas de 2003;
3. Aprovação do Orçamento para 2004;
4. Análise da situação política.

## VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo das disposições estatutárias, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova de Gaia do PSD, para reunir em Sessão Plenária Ordinária, no dia 13 de Fevereiro de 2004, pelas 21h30, na sede Concelhia, sita na Rua Francisco Sá Carneiro, 1323, Vila Nova de Gaia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apresentação e aprovação das contas relativas ao ano de 2003;
2. Apresentação e votação do orçamento para o ano de 2004;
3. Análise e discussão da situação política.

## CHAVES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Chaves, para reunir no próximo dia 30 de Janeiro de 2004 (sexta-feira), pelas 21h00 na sede concelhia, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Tomada de posse dos novos órgãos concelhios;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos.

## VILA DO CONDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes da Secção de Vila do Conde, para uma reunião da Assembleia de Secção, a realizar no dia 27 de Fevereiro de 2004, pelas 21h30, na sede do PSD, Praça da Republica, nº7, Vila do Conde, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da situação político-partidária.

## TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Torres Vedras do PSD, para reunir no dia 6 de Fevereiro de 2004, pelas 21h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação política e partidária.

## SINES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes para uma assembleia de Secção a realizar pelas 21h00, do próximo dia 5 de Fevereiro de 2004 (quinta-feira), na sede concelhia, sita na Rua de Ferreira, 10 em Sines, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Aprovação das contas de 2003;
3. Análise da Situação Política;
4. Diversos

## SECÇÃO A

Ao abrigo dos Estatutos

Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção A, para uma reunião ordinária a realizar no dia 29 de Janeiro de 2004, pelas 21h00, a ter lugar na sede da Secção ( Rua República da Bolívia nº 28- 1º Dto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Apresentação e votação do relatório e contas do exercício de 2003;
3. Análise da Situação Política.

## GRÂNDOLA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Grândola do PSD, para reunir no dia 24 de Janeiro de 2004 (sábado), pelas 21h00, na sede, sita na Rua José Vicente Serrano, nº7 (junto à GNR), em Grândola, com a seguinte,

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política.

## SANTO TIRSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santo Tirso, para reunir no próximo dia 30 de Janeiro de 2004 (sexta-feira), pelas 21h30, na sede concelhia, sita na Rua Dr. Carneiro Pacheco, Centro Comercial Carneiro Pacheco, 1º Piso, loja 5, em Santo Tirso, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da situação política.

## DISTRITAL DE PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Portalegre do PSD, para reunir no próximo dia 30 de Janeiro de 2004 (sexta-feira), pelas 21h00, na Sala Multiusos na Biblioteca Municipal de Portalegre, com a presença do Dr. Luís Marques Mendes, Ministro dos Assuntos Parlamentares, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da situação política.

## BRAGANÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Bragança, para reunir no dia 13 de Fevereiro de 2004 (sexta-feira), pelas 21h00 na sede distrital- Praça da Sá- Bragança, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Apreciação e votação das contas relativas ao ano de 2003;
2. Análise da situação política;
3. Outros assuntos de interesse partidário.

## NÚCLEO DE CAMPANHÃ (PORTO)

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário de Militantes do Núcleo de Campanhã do Concelho do Porto, para reunir no próximo dia 7 de Fevereiro de 2004, pelas 16h00, na sede sita à Rua de Entreparedes, nº80, no Porto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Apreciação e votação do Relatório de Contas de 2003 e Orçamento para 2004

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política.



## QUINTA do CONDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Núcleo da JSD da Quinta do Conde, para reunir no próximo dia 29 de Janeiro de 04, Quinta-feira, pelas 21h00, na Sede da JSD/Quinta do Conde, localizada na Rua António José de Almeida, Lote 1079, Quinta do Conde, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1- Informações;
- 2- Apresentação e aprovação do Relatório de Contas e Actividades de 2003;
- 3- Apresentação do plano de actividades de 2004.
- 4- Análise da Situação Política.

## NÚCLEO da JSD/SOP

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de militantes da JSD-SOP, a realizar no dia 29 de Janeiro de 2004, às 21h30, na Sede do Núcleo, sita Rua do Pinheiro Manso 305 - Porto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Análise do Mandato e Acções Futuras.



Teve lugar no passado dia 17 de Dezembro, em Cascais, mais um Congresso Nacional da JSD.

O ponto único da ordem de trabalho – “Revisão Estatutária” – era há muito aguardado por toda a estrutura, que isso mesmo o dissera em Setembro de 2002, no Congresso da Póvoa do Varzim.

Na altura, a actual CPN pediu e obteve das bases um mandato expresso para dar início ao processo de alteração estatutária e levou até ao fim essa promessa/aspiração geral.

Foi um acto de grande coragem mas outra não poderia ser a postura da Comissão Política Nacional, até porque no Congresso de 2002 a moção “Vamos tapar buracos”, que solicitava uma revisão estatutária, foi a que obteve menos votos contra e menos abstenções.

Sem receios, sem recuar, com total abertura, estendeu-se o debate a todos os militantes! As estruturas foram incentivadas a repensar a Jota, promover-se a discussão sobre todos os temas, mesmo os mais sacrossantos: para a Comissão Política liderada por Jorge Nuno Sá não houve um único tema que estivesse fechado a sete chaves no cofre dogmático daqueles que estão no poder!

Em suma, podemos dizer que tanto no Congresso como nos meses que o antecederam, TODOS debateram e todos debateram TUDO!

Brevemente serão publicados os novos Estatutos e terá início uma outra fase da nossa existência: os ideais não mudam, os valores são os mesmos, mantêm-se os objectivos! Muda apenas a forma de agir internamente. Cremos que melhorámos a orgânica.

Pela maturidade, estoicismo e empenho, todos os Congressistas estão de parabéns. Compete agora ao futuro avaliar os resultados desta reunião magna.



## Pedro Santana Lopes em Famalicão

Recordamos que a CPD/JSD de Braga e a JSD/Famalicão estão a promover em colaboração com o PSD/Braga um mega-jantar com o Vice-Presidente do partido, Pedro Santana Lopes.

Esta é uma iniciativa terá lugar pelas 20h00, no Palácio de Congressos da Rauliana, em Ribeirão, Vila Nova de Famalicão, já no próximo dia 24 de Janeiro, para o qual são esperadas cerca de 2000 pessoas.

Lembramos os telefones para marcação de lugares: 965124803 (Hugo Mesquita) e 966174240 (Heitor Rocha).

Aos militantes que não tenham disponibilidade de estar no jantar mas queiram participar no evento, haverá uma festa, pelas 23h00, na discoteca Central Club, no mesmo empreendimento onde se realizará o jantar, onde estará também presente Pedro Santana Lopes, sendo aí transmitido por video-hall a sessão de intervenções do jantar.

JSD e PSD do Redondo e de Reguengos de Monsaraz inauguram sedes:

## Ministro Morais Sarmiento esteve presente

Era há muito aguardado este momento: as duas secções do Alentejo tiveram de esperar estoicamente pela inauguração das respectivas sedes.

Mas o momento chegou e com ele a alegria de quem vê melhorar substancialmente os seus meios de actuação política em prol da social democracia e do desenvolvimento das suas gentes.

O dia 18 de Janeiro ficará certamente na memória dos companheiros Ricardo Pimenta e Pedro Balçizão, Presidentes respectivamente das Secções da JSD do Redondo e de Reguengos.

A eles e aos seus militantes, a CPN/JSD deseja os maiores sucessos nestas duas novas casas da democracia.

## Secção D de Lisboa tem nova liderança

A condução política da Secção D mudou de mãos no passado dia 14 de Janeiro. O companheiro Luís Newton assume a presidência da Comissão Política local, em acto eleitoral que contou igualmente com a designação de novos Conselheiros Distritais.

Aos companheiros empossados, a CPN endereça os seus votos de bom mandato em prol da juventude.

Em Carta Aberta:

## JSD/Faro apoia Presidente da Câmara Municipal

Perante a notícia que José Vitorino, Presidente da CM Faro, estaria a ser alvo de cartas anónimas ameaçadoras, os nossos companheiros da JSD local não puderam deixar de se insurgir.

Em carta aberta, datada de 12 de Janeiro, e publicada na imprensa regional, os dirigentes da JSD de Faro condenaram “veementemente esta estratégia reles, de cobardes anónimos, que pretende desmoralizar o Presidente da Câmara para que ele não conduza Faro pelos caminhos da honestidade, da justiça social e do tratamento igual para todos”.

Podia ler no documento da CPS/JSD que os “farenses devem distinguir claramente que estas ameaças anónimas, tal como os boatos e as mentiras anónimas postas a circular sem face, não passam de reacções a perda de poder pessoal, ou a negócios esquisitos inviabilizados pela postura de seriedade do Presidente ou mesmo a ódios privados”.

O documento poderá ser lido na íntegra, brevemente em [www.jsd.pt](http://www.jsd.pt)

## JSD/Loulé defende “Marca LC”

“Há muito tempo que se deveria ter adoptado um tipo de estratégia comercial que crie uma imagem de qualidade turística”, afirma a Comissão Política de Secção, em relação à marca “LC – Loulé Concelho”, recentemente criada.

Para os dirigentes locais, o Euro 2004 e outros desafios são motivos sobejos que exigem “uma união em torno de um objectivo comum: a valorização do concelho”

## JSD/Monchique exige imediata abertura da Biblioteca Municipal

A Comissão Política da JSD/Monchique arrasa o autismo da autarquia socialista que se tem permitido manter fechada a Biblioteca local desde inícios de 2003.

Em carta ao presidente CMM, exigiu a rápida disponibilização daquele equipamento cultural. No estilo irreverente a que a estrutura política liderada por Rui André já habituou, foi ainda entregue ao edil um livro com o sugestivo título “As Mentiras que os Homens Contam”, da autoria de Luís Fernando Veríssimo. No mesmo dia, inserido neste pacote de iniciativas, foi distribuído à população o panfleto: “Faltam Livros, Faltam Armários, ou Falta Respeito?”

Órgãos da JSD/Olhão tomam posse

## José Damásio é novo líder concelhio

10 de Janeiro foi a data escolhida para a cerimónia de empossamento dos novos dirigentes da JSD de Olhão.

O local, Restaurante “Ponte Velha”, em Brancanes, estava repleto de companheiros que não quiseram deixar de apoiar a JSD, num gesto entendido como um arranque para outros voos laranja no concelho.

No entender do líder da Juventude Social Democrata do Algarve, Nuno Vaz Correia, Vogal da CPN, o PSD tem na Jota um aliado de grande peso na luta contra o actual e incompetente executivo.

Educação:

## JSD/Loulé elogia política seguida por Seruca Emídio

Em comunicado de imprensa, a concelha louletana da JSD afirmou estar “orgulhosa” com a actual política do executivo da Câmara Municipal que “aposta na Educação como uma prioridade para o desenvolvimento” de Loulé.

A título de exemplo, a Secção enaltece o lançamento da primeira pedra do Jardim de Infância de Almancil, ocorrido no passado dia 11 de Dezembro, construção esta que se prevê estar pronta já no próximo mês de Agosto.

Para além disso, o executivo liderado por Seruca Emídio, pretende lançar mais cinco obras que irão beneficiar o sector educativo. “Tratam-se de acções de alargamento e melhoria de três escolas, bem como a construção de duas novas escolas em Loulé e Quarteira”, referem com entusiasmo os dirigentes locais da JSD.

## E agora?

1. O Banco de Portugal, o Governo, o BCE, a Comissão, o FMI e a OCDE já tinham decretado a viragem da economia em Portugal, a partir do terceiro trimestre de 2003, quando começou a recuperação. Agora vem o Boletim do BP confirmar que os indicadores coincidentes do último trimestre do ano passado são ainda melhores, e confirmam a inversão económica. Chega para os mais pessimistas? É agora que deixam de me «chatear» com a retoma? Ele há quem não veja, apesar de tudo...

2. Estão a ser revistas em alta todas as projecções para o PIB americano do quarto trimestre, que deverá rondar os 4 por cento, ou até mais, de acordo com a maioria dos analistas. Para os primeiros três meses de 2004, a revisão em alta também já atira os valores para uma taxa superior aos 5 por cento, o que começa a bater todos os recordes dos melhores anos dos EUA. Quem está a ajudar, por irónico que pareça? O Euro. Começa a verificar-se um fluxo de investimento para os EUA incomparável, pelo facto de a moeda única europeia estar acima do dólar, e isso beneficia, igualmente, as exportações americanas. Nas bolsas, o ritmo passou a ser lunático: por exemplo, na sexta-feira, apenas uma companhia, a Juniper Networks, subiu 30 por cento o seu valor. E não é exemplo único. 2004 anuncia-se excelente. – **Luís Delgado**, in “Diário de Notícias”, 19-01-04

## A (In) Cultura do Volante

Nos 13 anos que durou a guerra colonial morreram em África cerca de 9 mil militares. No mesmo período, nas estradas portuguesas, morreu quase o dobro deste número. São dados indelmentáveis e que provam que vivemos uma autêntica guerra civil dentro de portas. Quanto a isso, não mantemos, é certo, um silêncio ensurdecedor, mas uma espécie de indiferença resignada. Muitos de nós, entre os quais me incluo, consideram que a cultura rodoviária portuguesa é uma espécie de atavismo muito próprio dos lusitanos. Penso mesmo que a forma de conduzir não é mais do que uma expressão da forma de ter, de ostentar. O automóvel, para o condutor típico português, é uma espécie de prolongamento do seu eu, uma forma de dizer: estou aqui! O meu carro prova que estou aqui! Sou gente! Sem nos determos em análises freudianas que nos levariam longe, penso que se está a espalhar entre nós a perigosa crença de que tudo isto se deve ao mau estado e má sinalização das estradas portuguesas! Mais uma vez a nossa (má) consciência nos faz assobiar para o lado à procura da argumentação fácil e falaciosa.

[...]Acontece que continuam a morrer pessoas em elevado número nas estradas portuguesas. Demasiadas. Talvez o dobro da média europeia, ou mais (!). Penso que é altura de nos deixarmos de dislates e de panos quentes e de admitirmos que o problema número um somos nós, os condutores portugueses. A verdade é que, em elevado grau, não sabemos conduzir um automóvel: não temos noção do risco da condução, do resultado físico de um impacto a determinada velocidade, da noção do perigo que representamos para os peões e para outros automobilistas. Não somos um povo com formação técnica ou científica mínima. Somos um país de “poetas”, de crenças absurdas e de sol. Essa é a verdade. O resto é diletantismo indigente. [...] – **Armando Sousa e Silva**, in “Público”, 19-01-04



O PM reunido com os parceiros sociais



Durão Barroso com Presidente da Macedónia



Mota Amaral recebe homólogo irlandês

Propriedade PSD-Partido Social Democrata

Redacção e Serviços Administrativos (Assinaturas) Rua de São Caetano à Lapa, 9 1249-087 LISBOA - Telef. 213952140 - Fax. 213976967 - Depósito legal nº1970/83  
 Composição - Direcção dos Serviços de Comunicação-PSD - Impressão - Mitanedela Artes Gráficas, SA, Rua Rodrigues Faria, 103 - 1300 LISBOA  
 Distribuição - VASP Distribuidora de Publicações - Complexo Crel Bela-Vista - Rua da Tascosa, 4º Piso - Massamá - Telef. 214398500 - Fax. 213976967

POVOLIVRE

